



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA AMAMBAI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

ANA CAROLINA OLIVEIRA CARLOS

**GÊNERO E REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL "A CRUZ" (1910 – 1915):
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

AMAMBAI / MS

2020

ANA CAROLINA OLIVEIRA CARLOS

**GÊNERO E REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “A CRUZ” (1910 – 1915):
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador(a): Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias
Rodrigues

AMAMBAI / MS

2020

C28g Carlos, Ana Carolina Oliveira

Gênero e representação feminina no Jornal A Cruz (1910 – 1915) : possibilidades para o ensino de história/ Ana Carolina Oliveira Carlos. -- Amambai, MS: UEMS, 2020.

90p.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Ensino de História – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues.

1. História – Ensino e estudo 2. Jornal A Cruz 3. História das mulheres 4. Representação feminina I. Rodrigues, Marinete Aparecida Zacharias II. Título

CDD 23. ed. – 305.4

**GÊNERO E REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “A CRUZ” (1910 –
1915): POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

ANA CAROLINA OLIVEIRA CARLOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENSINO DE HISTÓRIA

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi
Universidade Federal da Grande Dourados/ UFGD

Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Amambai/MS, 12 de fevereiro de 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

À minha mãe Maria Aparecida Oliveira Carlos
(In memoriam) e à minha tia Áurea de Souza
Brumatti (In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus (Olorum), a Oyá, a Oxossi, meus guardiões, a todos os orixás do panteão mitológico africano e a nossa senhora do Perpétuo Socorro.

Agradeço ao meu pai Arnaldo, que sempre torceu pelo meu sucesso, a minha tia Vera pelas novenas e orações em meu propósito e, a minha tia Terezinha que cuidou de mim num momento delicado durante esse trajeto de dois anos.

Agradeço a professora Marinete, pela orientação, profissionalismo, apoio, paciência e persistência para que eu pudesse terminar esse trabalho de pesquisa.

Agradeço meu irmão do coração Kiko, minhas amigas Lu, Tânia, Karina e a Monique, minha comadre, irmã, amiga e confidente de todas as horas, vocês sempre me estimularam a não desistir, isso foi essencial.

Agradeço minhas companheiras de viagem até Amambai e colegas de mestrado, Sarita e Eleci, confesso que sinto saudades apesar de todo cansaço físico.

Agradeço o meu babalorixá e meus/minhas irmãos/irmãs de barracão por terem emanado energias positivas durante o período em que estive em tratamento médico.

Agradeço meus/minhas colegas de turma de mestrado do ProfHistória, Sarita, Eleci, Rodrigo, Adriana, Gláucia, Pedro, Eva, Andreia e Larissa, pelas risadas, conversas, apoio e pelas trocas de experiências, foram encontros inesquecíveis que guardarei em meu coração.

Agradeço a professora Viviane (In Memoriam) que me incentivou a tentar a seleção do ProfHistória no ano de 2017, e a todos/as os/as professores do programa pelo empenho e dedicação durante as aulas, por meio delas adquiri um conhecimento extraordinário na área de ensino de História.

Agradeço o professor Dr. Antônio Lozandro pelas importantes contribuições e observações na Banca de Qualificação.

Agradeço esta instituição por ter financiado esta pesquisa por meio do programa de bolsas PIBAP/UEMS.

“Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma as suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade, Logo, de democracia”.

Michelle Perrot

CARLOS, Ana Carolina Oliveira. *Gênero representação feminina no jornal “A Cruz” (1910 – 1915): Possibilidades para o ensino de história*. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2020.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar os discursos e textos publicados nas páginas do periódico católico *A Cruz*, produzido em Mato Grosso, no período de 1910 a 1915. Visamos com isso compreender a construção das representações femininas como mecanismo de manutenção do culto da domesticidade nas relações de gênero na sociedade cuiabana. As análises revelaram que o periódico dava sustentação ao padrão de comportamento feminino das mulheres tendo como objetivo estabelecer uma homogeneização para os papéis femininos assentes no modelo tradicional referendado pela cultura patriarcal, que buscava manter as mulheres distantes do espaço público de atuação política e social. O estudo que se realizou a partir do processo de seleção e análise do jornal *A Cruz*, passando ainda pela revisão historiográfica contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre a história regional e também para que pudéssemos sugerir novas metodologias para o ensino da história das mulheres e das relações de gênero na Educação Básica, tendo como fonte o periódico analisado nesta pesquisa. Assim, temas da história das mulheres articulados com os textos, os discursos do jornal *A Cruz* e com filmes, documentários, documentos e imagens podem servir para incentivar debates, pesquisas, produção de textos e estudos bibliográficos pelas/os alunas/os na Educação Básica.

Palavras-chave: ensino de história; saberes e práticas no espaço escolar; metodologias de ensino; representação feminina; história das mulheres; culto da domesticidade

CARLOS, Ana Carolina Oliveira. *Gender representation of women in the newspaper "A Cruz" (1910 - 1915): Possibilities for the teaching of history*. 90 f. Dissertation (Professional Master in History Teaching - PROFHISTÓRIA) - State University of Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2020.

ABSTRACT

The main objective of this work was to analyze the speeches and texts published on the pages of the Catholic periodical *A Cruz*, produced in Mato Grosso, from 1910 to 1915, with the aim of understanding the construction of female representations as a mechanism for maintaining the cult of domesticity in gender relations in Cuiabana society. The analyzes revealed that the periodical supported the female behavior pattern of women aiming to establish a homogenization for female roles based on the traditional model endorsed by the patriarchal culture, which sought to keep women away from the public space for political and social action. The study that was carried out from the selection and analysis process of the newspaper *A Cruz*, also going through the historiographic review, contributed to the expansion of knowledge about regional history and also so that we could suggest new methodologies for teaching history of women and girls. gender relations in Basic Education, having as source the journal analyzed in this research. Thus, themes from the history of women articulated with the texts, the speeches of the newspaper *A Cruz* and with films, documentaries, documents and images can serve to encourage debates, research, text production and bibliographic studies by students/students in Basic Education.

Key-words: history teaching; knowledge and practices in the school space; teaching methodologies; female representation; women's history; cult of domesticity

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E/OU FIGURAS

- Figura 1:** Mapa da Divisão Administrativa de Mato Grosso 12
- Figura 2:** Primeira edição do Jornal “*A Cruz*” publicação em 15 de maio de 1910 16
- Figura 3:** As mulheres na Revolução Francesa 736
- Figura 4:** Mulheres nova-iorquinas lutando pelo direito ao voto em 1920. 62
- Figura 5:** Texto sobre a luta das mulheres e imagem da passeata em Michigan, Estados Unidos, 26 de agosto de 1970..... 81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases Curriculares.

MEC – Ministério da Educação.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 AS MULHERES E O JORNAL “A CRUZ”: UM DESENHO INTRODUTÓRIO SOBRE A HISTÓRIA DE MATO GROSSO.....	16
1.1 História, mulheres e contextos.....	16
1.2 Aspectos Históricos e Geográficos do espaço da pesquisa.....	17
1.3 Reflexões teóricas sobre a História das Mulheres	26
1.4 A Fonte: o jornal “A Cruz”	32
2 DA PRÁTICA A PRODUÇÃO DO LUGAR SOCIAL FEMININO.....	36
2.1 Historiografia e História das mulheres: anseios e desafios.....	36
2.2 As mulheres e suas representações no Jornal “A Cruz”	38
2.3 Eva como modelo de comportamento feminino para todos os tempos	52
3 ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “A CRUZ” ..	62
3.1 História do ensino de história: uma breve análise	63
3.2 Gênero e educação, uma visão a partir dos livros didáticos	70
3.3 História das Mulheres e das Relações de Gênero: os jornais como fonte de pesquisa no ensino de história	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação de mestrado é o resultado de pesquisas iniciais realizadas ao longo da minha trajetória acadêmica, enquanto ainda cursava a graduação de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Unidade de Amambai, entre os anos de 2006 a 2009. Tive o primeiro contato com os estudos de Gênero e da História das Mulheres ao participar como bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no projeto “Representações de Gênero Nos Impressos de Mato Grosso (1890 – 1950)”. Por meio desse projeto de pesquisa, iniciei a partir daí os primeiros conceitos sobre os estudos das relações de gênero como: a história do feminismo, além da compilação de registros documentais sobre os quais tratei nesta dissertação.

Também realizei um trabalho de conclusão de curso da graduação de História que permitiu inter cruzar os Estudos de Gênero, História das Mulheres e Imprensa. Esse contato com as fontes jornalísticas juntamente com a representação do comportamento das mulheres nesses impressos em diferentes épocas, me provocava cada vez mais para dar prosseguimento a pesquisa e, assim continuar pesquisando e descobrindo novas possibilidades de análise. Com o programa de Mestrado Profissional/ProfHistória, ressurgiu a ideia de voltar a pesquisar sobre os jornais, agora dentro de uma perspectiva direcionada para o ensino de História.

Atuo como professora da Educação Básica desde o ano de 2010. Percebi durante o meu trajeto profissional a escassez de se encontrar materiais didáticos que abordassem com mais ênfase a História das Mulheres e Estudos de Gênero, também identifiquei o quanto eram necessários os debates e estudos que proporcionassem como resultado novos caminhos metodológicos para o ensino escolar. Certamente, esse cenário o qual vivenciei e ainda vivencio, diariamente, me impulsionou a retomar a pesquisa a qual me propus nessa dissertação.

Para este trabalho de dissertação, selecionei a análise de um jornal, no caso o impresso religioso católico “*A Cruz*” e um recorte temporal de cinco anos (1910-1915). Ao aprofundar a análise qualitativa das fontes percebemos que o impresso nos oferecia a oportunidade de explorar uma abordagem condizente com a linha de pesquisa “Saberes históricos no espaço escolar”, reafirmando assim, a proposta do ProfHistória centrada no ensino de história. Pesquisar sobre gênero e representação feminina no jornal “*A Cruz*” foi uma tarefa complexa, pois os discursos presentes no impresso possuem uma linguagem carregada de subjetivismo,

que pode influenciar o pesquisador menos avisado, criando neste uma representação demasiada fictícia do “real”. Entretanto, essa dificuldade foi mais um desafio que serviu de inspiração para desenvolvermos a pesquisa apresentada como dissertação. No decorrer da pesquisa me deparei com alguns imprevistos, o que de certa forma, não pude conduzir o cronograma de execução conforme o planejado inicialmente, mas que apesar de tudo, resultou em significativos aprofundamentos teóricos-metodológicos para a prática docente na educação básica.

A análise do jornal “*A Cruz*” não é um fato inédito, pois, além das pesquisas já mencionadas, as quais executei, o periódico também foi objeto de pesquisa de outros trabalhos, como é o caso, da dissertação de mestrado de Daniel Oliveira¹ que abordou o catolicismo ultramontano e o discurso conservador da Igreja na tentativa de combater movimentos que eram vistos como ameaçadores ao catolicismo da época, em especial, a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo, no período de 1910 a 1924. Também encontrei o trabalho monográfico de graduação de Lilian A. M. Cardoso², a autora pesquisou o Jornal *A Cruz* numa perspectiva de como a imprensa católica entre os anos de 1910 a 1920 tratava a questão o ensino e a educação nas suas matérias jornalísticas.

Outro estudo relevante é a pesquisa de iniciação científica de Rafael Adão³, em que ele buscou um viés político do impresso, entre a aproximação do Jornal “*A Cruz*” com o movimento integralista do início do século XX, numa ótica anticomunista. Já, no artigo escrito por Regiane Cristina Cristaldo⁴ a autora abordou em seu texto como o modelo ideal de educação de Mato Grosso era disseminado nas matérias do jornal “*A Cruz*” durante o período da Era Vargas, entre os anos de 1937 e 1945. E, por fim, o trabalho do pesquisador Otavio Canavarros⁵ que estudou a história da leitura na imprensa de Cuiabá no ano de 1910.

A metodologia dessa pesquisa se pautou na análise prioritária e qualitativa de volumes do periódico “*A Cruz*”, que estão disponíveis para acesso público *online* na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Foi realizado a partir da seleção e classificação do material, uma triagem e consideração dos pontos mais relevantes para a execução do trabalho, cujo intuito era buscar matérias jornalísticas que demonstrassem em discursos explícitos e

¹ OLIVEIRA, F. D., O Jornal *A Cruz*: Imprensa Católica e Discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910- 1924)

² CARDOSO, L. A. M., O Jornal “*A Cruz*”: uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920).

³ 5 ADÃO, R., Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930 -1940: uma análise do jornal *A Cruz*.

⁴ CUSTÓDIO, R. C., A Era Vargas em mato Grosso: O Jornal “*A Cruz*” e a representação do ideal de educação.

⁵ CANAVARROS, O., Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá (1910).

implícitos as representações dos padrões de comportamentos e papéis que eram dados às mulheres cuiabanas católicas do início do século XX a partir de uma perspectiva religiosa. Juntamente com as fontes bibliográficas e historiográficas pertinentes a temática abordada nesse trabalho, os/as autores/as selecionados/as foram aqueles/as que contribuíram e privilegiaram em seus escritos temáticas e pesquisas no campo da história das mulheres, do feminismo, da representação, das relações de poder, das relações de gênero, análise do discurso, uso de documentos, história regional e ensino de história.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo dessa pesquisa, que resultou neste trabalho de dissertação, apresentamos um panorama dos aspectos históricos e geográficos do antigo Mato Grosso entre o período monárquico e republicano da política brasileira. A cidade de Cuiabá, capital do antigo Mato Grosso, local onde as fontes impressas que analisei foram produzidas, apresenta um período de grandes transformações no âmbito político e econômico, especialmente em sua capital Cuiabá, para tanto me preocupei em fazer uma análise geral da História do Mato Grosso durante o período monárquico, a passagem pela Proclamação da República chegando até os primeiros anos do século XX. Também nos itens subsequentes há uma breve contextualização historiográfica da História das Mulheres e sua produção ao longo do século XX. Me reportei às autoras que contribuíram de forma significativa, sobretudo no campo da filosofia, sociologia e da história.

Buscamos o aporte teórico em proeminentes autoras/es como Michelle Perrot, Anne McClintock, Joan Scott, Rachel Soihet, Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Maria Odila Leite da Silva Dias, Mary Del Priore, Roger Chartier, Michel Foucault, dentre outros/as, que trazem subsídios para a discussão a respeito dos conceitos de representação, discurso e relações de poder, respectivamente. Por fim, apresento o Jornal “*A Cruz*”, o objetivo do jornal, o público-alvo e os discursos voltados para mulheres da época.

No segundo capítulo, faz uma análise dos anseios e desafios dentro da historiografia em seus aportes-metodológicos e da inserção da História das Mulheres e dos estudos de Gênero em pesquisas acadêmicas. Além disso, o segundo capítulo irá abordar e analisar as matérias selecionadas que tiveram suas publicações no decorrer dos anos de 1910 e 1915, em que os seus discursos narrativos irão dizer quais eram as representações das mulheres católicas cuiabanas/mato-grossenses. Previamente, no montante analisado foi possível perceber os estereótipos que este jornal católico designava a figura feminina, basicamente se resumia em modelos comportamentais que representassem mulheres cristãs assíduas com sua

religião, zeladoras da religiosidade nos seus lares, boas mães e donas de casa e, que se percebe nos discursos o culto da domesticidade e da submissão feminina.

Já o terceiro capítulo traz a narrativa de elementos importantes para o entendimento da história do ensino de História no Brasil como: composição curricular, legislação, metodologias, avanços, retrocessos e desafios na educação básica. Além do mais, se pode encontrar uma breve abordagem das representações de gênero a partir dos livros didáticos e das possibilidades metodológicas com o uso das fontes jornalísticas e, em especial, a utilização do impresso “*A Cruz*” nos estudos de gênero e História das Mulheres em sala de aula.

1 AS MULHERES E O JORNAL “A CRUZ”: UM DESENHO INTRODUTÓRIO SOBRE A HISTÓRIA DE MATO GROSSO

A história das mulheres ganhou significativa repercussão entre os historiadores brasileiros, sobretudo a partir da década de 1970, influenciados por historiadoras francesas como Michelle Perrot e Arlete Farge, mas também com as contribuições de George Duby e Michel Foucault, que tematizaram sobre a história das mulheres em artigos, eventos e publicações coletivas. Esse movimento contribuiu para renovar o campo das pesquisas que multiplicando os objetos de análise com novas abordagens e problemáticas relacionadas com as experiências e participação das mulheres nas sociedades de convivência colocavam em destaque as histórias de vidas, as experiências e trajetórias femininas, desvelando a invisibilidade das mulheres na história.

1.1 História, mulheres e contextos

Historiadores, sociólogos, antropólogos entre outros especialistas, desvelavam um universo de ações e atitudes femininas diante das relações políticas, econômicas, culturais, sexuais, jurídicas e religiosas. Mulheres participando na formação e organização das sociedades que se transformavam em função das novas demandas mundiais, impostas, notadamente pelo capitalismo em desenvolvimento. Dentre os diversos trabalhos que surgiram a partir de 1960, alguns priorizaram as mulheres pobres, *sem eira e nem beira*, como as denominou Maria Odila em seus estudos, mas também as escravas, libertas, abandonadas, as vítimas da violência, as senhoras respeitáveis, feministas, escritoras e filantropas dentre outras, enfim mulheres que foram determinantes para o processo de colonização e manutenção de costumes e valores estabelecidos por uma sociedade patriarcal, cuja ordem se mantinha em função de uma divisão social dos papéis baseada no sexo masculino e feminino.

Diante da relevância das questões colocadas pela História das Mulheres, este projeto de pesquisa tem como objetivos analisar os discursos produzidos no início do século XX, pelo jornal católico “A Cruz”, publicado na capital Cuiabá do antigo Mato Grosso com o objetivo de manter os padrões de gênero condizentes com a moral cristã conservadora, naturalizada pela violência ao culto da domesticidade. Os discursos produzidos pelo jornal “A Cruz” contribuíram, por meio da palavra escrita, moldar e manter comportamentos femininos condizentes com a manutenção da subserviência e sujeição a autoridade masculina, impondo

limites às mulheres sobre decisões e escolhas “individuais”. Tais circunstâncias evidenciam que a sociedade mato-grossense convivia com complexas relações de gênero. Para o historiador Losandro Antonio Tedeschi (2009) “o gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana.” (p.47)

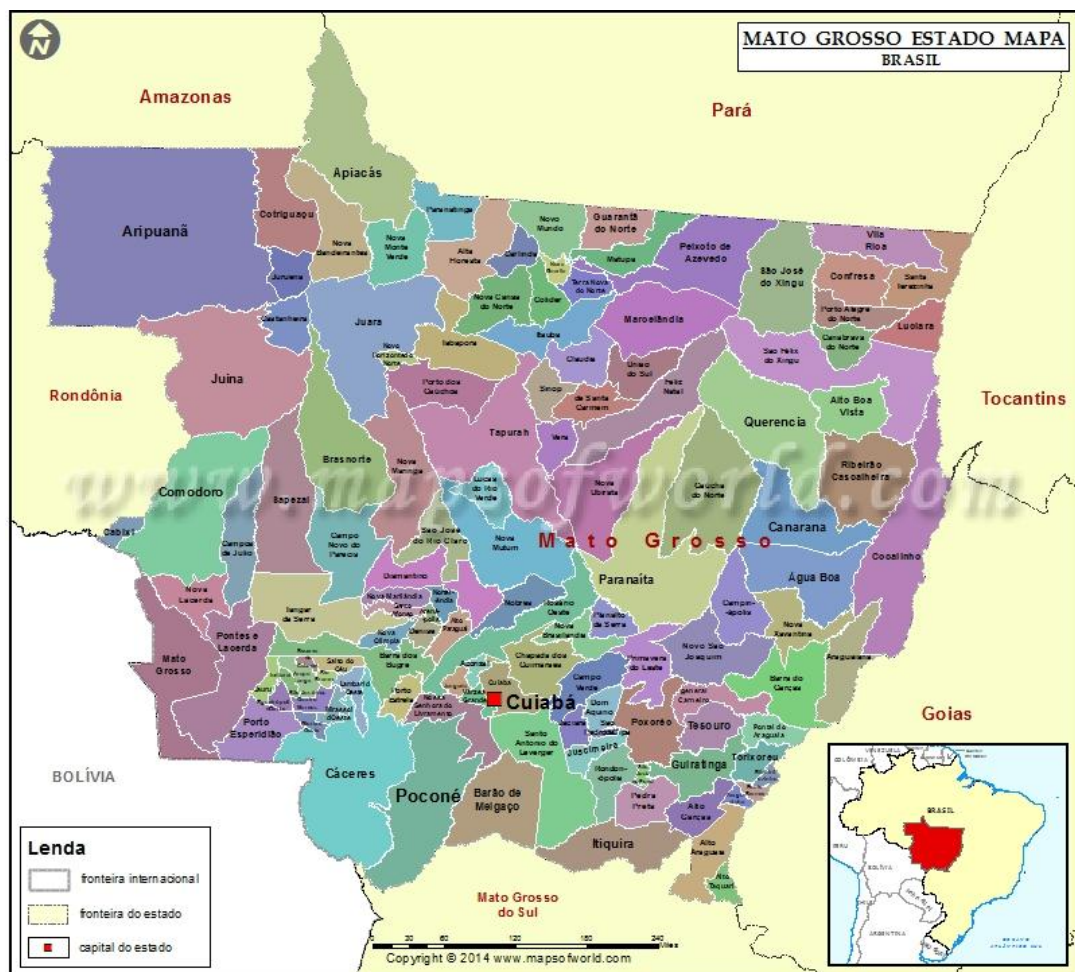
A representação da mulher como incapaz, dócil, frágil e subserviente ganhou força no século XIX, mais especificamente após a Revolução Francesa e permanece como regra entre determinadas categorias e grupos sociais, que não aceitam a participação das mulheres em suas atividades. A imagem de “rainha do lar”, a “santa mãezinha”, não combina com ambientes “poluídos”, pecaminosos, conturbados, espaços de homens e prostitutas.

Vale lembrar que a simbologia judaico-cristã contribuiu para consolidar a representação feminina associada à imagem Virgem Maria. (RODRIGUES, 2012, p. 128). Essa idealização ainda estava muito presente no início do século XX, na sociedade em Mato Grosso. Diferentes mecanismos difundiam essa representação com o intuito de preservar os valores morais e os costumes conservadores de uma sociedade em vias de transformação. Dentre outros mecanismos o Jornal “*A Cruz*” foi utilizado para difundir ideias e ideologias, sugerir modelos de comportamento feminino às mulheres que tinham acesso ao impresso e fossem alfabetizadas, pois em 1910 quando foi lançado, o número de analfabetos no país era grande, em especial entre as mulheres.

1.2 Aspectos Históricos e Geográficos do espaço da pesquisa

Mato Grosso é o terceiro maior estado do Brasil, possui uma extensão territorial de 903.357,908 km², localiza-se na região Centro-Oeste do país, e está no Centro Geodésico da América Latina, entre o oceano Atlântico e oceano Pacífico, atualmente faz fronteira com os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Amazonas, Rondônia, Tocantins e fronteira internacional com a Bolívia. O estado foi dividido no dia 11 de outubro de 1977, até esse momento, o seu território possuía um total de 48 mil léguas quadradas de extensão. Demograficamente de acordo com o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Mato Grosso compõe um total de 3.035.122 habitantes, somando um percentual de 1,59 por cento da população brasileira.

Figura 1: Mapa da Divisão Administrativa de Mato Grosso



Fonte: www.mapsofworld.com

Historicamente o território mato-grossense se formou durante o século XVIII a partir da ocupação dessas terras pelos portugueses que tinham a princípio o avanço dos espanhóis em espaços lusitanos. Nesse processo não se levou em consideração os povos originários que já existiam no território, pois “A política de colonização no Brasil estava baseada em uma ideologia de ocupação dos vazios demográficos que deveriam ser incorporados ao mercado capitalista” (GALVÃO, 2013, p. 1). Os espaços territoriais vistos “vazios” demograficamente foram sendo ocupados ao longo do período colonial por incentivo da Coroa portuguesa que também estava atenta na busca por pedras preciosas e pela mão de obra indígena, em especial com as expedições dos bandeirantes, ou seja:

[...] Para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirantismo predador de índios e prospectador de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra

e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e 234 definitivos no coração do continente, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. (PRADO JUNIOR, 1970, p.37)

A descoberta do ouro em 1718 na cidade de Cuiabá contribuiu de forma expressiva para o processo de povoamento dessa região, isso fez com que o governo português desmembrasse o território de Mato Grosso da capitania de São Paulo, criando assim a capitania de Mato Grosso no ano de 1748 por meio de uma Carta Régia, cuja Capital era Vila Bela da Santíssima Trindade. Presume-se que “[...] graças à sua posição estratégica nas margens do Guaporé, e dominando aí as fronteiras com os domínios castelhanos”. (PRADO JUNIOR, 1970, p. 52)

Logo após o esgotamento do ouro em virtude da extração acelerada na região a economia do Mato Grosso tomou novas formas, “Ocorre então uma reorientação da economia que agora se volta para o cultivo da cana de açúcar, algodão e da agropecuária”. (GARNICA JUNIOR, 2008, p. 236). No entanto, o contingente populacional que ocupava a região ainda era consideravelmente baixo, composto por ocupações esparsas pelo território, tendo em vista que a princípio o objetivo era de enriquecimento rápido e não de haver uma fixação populacional de fato, como afirma a autora Maria Celma Borges (2013, p. 6):

As expedições auríferas, na busca pelo ouro amarelo ou pela prata, contribuíram para que houvesse um desinteresse de grande parte da população em fixar moradia por aquelas terras, pois a maioria estava à procura de riquezas advindas da mineração e não estava preocupada com o cultivo da terra e a formação de pequenas propriedades.

Além disso, o governo português passou a se preocupar cada vez mais com a defesa do seu território, pois os espanhóis ainda almejavam expandir seus domínios e adentrarem por terras de domínio português, para isso foi construído fortificações e presídios como forma de defesa e proteção das fronteiras limítrofes das colônias, cita-se,

a exemplo do forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, no extremo sul da província, destruído pelos espanhóis em 1777; do forte Príncipe da Beira (1776), na Amazônia ao norte; do forte de Coimbra (1775) e do forte de Miranda (1797), no pantanal, na fronteira centro-oeste da Província. (BORGES, 2013, p. 6)

Em 28 de fevereiro de 1821, Mato Grosso se tornou Província tendo Cuiabá como capital oficial por meio da Lei nº 19, assinada pelo político e presidente da Província Antônio

Pedro de Alencastro. Nesse momento a estimativa populacional era de 7 mil habitantes, já no início do século XIX Cuiabá contava com aproximadamente 10 mil habitantes.

Devemos também elencar um episódio de mobilização armada e de cunho violento conhecido como *Rusga*. A contenda foi deflagrada no ano de 1834 em Cuiabá em decorrência do confronto direto entre os liberais mato-grossense e portugueses conservadores ou bicudos, ambos criaram duas sociedades, a “ Sociedade dos Zelosos da Independência” e a “Sociedade Filantrópica de Mato - Grosso” respectivamente, cujo objetivo principal dos *zelosos* era de tomar o poder local das mãos dos portugueses, o que demonstra o clima acalorado de disputa política e hegemônica em Cuiabá.⁶

Já a partir da segunda metade do século XIX nota-se um grande período de turbulência na região fronteira entre o Brasil e Paraguai em consequência da eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), momento em que o Mato Grosso por não apresentar resistência tem parte de seu território invadido pelas tropas paraguaias, o que demonstra a fragilidade da defesa territorial do Império português, (GARCIA, 2001), notamos dessa forma que,

A ausência de resistência ao avanço das tropas paraguaias pode ser medida pelo tempo que elas levaram para subir o rio Paraguai e ocupar a região sul da província e rapidamente colocar em questão a ocupação de Cuiabá. Em pouco mais de dez dias os paraguaios ocupavam praticamente toda a região sul da província de Mato Grosso. (GARCIA, 2001, p 58)

O evento bélico irá colocar em xeque o domínio e a posse dessas terras, o que contribui para que a Província fosse palco de constantes disputas territoriais, contudo, o encerramento do conflito no ano de 1870 corrobora para que as fronteiras sejam de fato definidas e firmadas entre os dois países. (RODRIGUES, 2012). Mesmo com a livre navegação no Rio Paraguai a economia da região demorou para retomar seu crescimento, o que se pode verificar em linhas gerais é de que o resultado da guerra provocou imensos prejuízos econômicos para Mato Grosso, ou seja, “A população da província pagou um preço elevado e levará décadas para se recuperar. Terminada a guerra restou uma província destruída economicamente, com uma população rarefeita e sem alternativas visíveis”. (GARCIA, 2001, p. 81) Após o fim do conflito alguns impasses entre Brasil e Paraguai ficaram resolvidos, ou seja:

⁶ SENA, Ernesto Cerveira de. Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870) .

Duas problemáticas de natureza jurídica se resolveram com o Tratado de Paz assinado em 1872: a delimitação das fronteiras administrativas entre o Brasil e o Paraguai e a abertura da livre navegação no rio Paraguai, o que, para Mato Grosso, significou acesso direto ao mercado capitalista nacional e internacional. Assim, o comércio dos produtos importados e exportados se realizava através dos rios da bacia Platina, intensificando o processo de imigração e a ocupação da região mato-grossense, no período que se seguiu ao fim do conflito bélico com a nação paraguaia. (RODRIGUES, 2012, p.18)

Nessa perspectiva, no período que abrange o término da guerra até a Proclamação da República a economia da região de Mato Grosso retomou antigos projetos de ocupação e valorização da exploração da pecuária, poaia e a extração da erva – mate, sendo esta iniciada no final do conflito bélico na região do extremo sul da Província, fronteira com o Paraguai, com a instalação da Companhia Matte Laranjeira,

No que se refere a Mato Grosso, a economia ervateira foi especialmente importante no período entre o final da guerra com o Paraguai (1870) e a década de 1960. Pode-se dizer que a economia política da erva-mate esteve nessa época relacionada a todos os aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo – sem excluir a própria política exterior do Estado nacional brasileiro, haja vista a situação fronteiriça da região considerada. (QUEIROZ, 2015, p. 205)

A extração da erva-mate irá favorecer e promover mudanças, políticas, sociais e econômicas na Província. Vale lembrar que Thomas Laranjeira havia iniciado suas atividades no sul do Mato Grosso em 1873, como fornecedor da comissão demarcadora dos limites com o Paraguai, e que mesmo com a transição da Monarquia para a República as concessões públicas das terras devolutas para a recém criada Companhia Matte Laranjeira continuaram. (CORRÊA FILHO, 1925). Isso denota que nos anos finais do século XIX, mais especificamente a partir dos anos de 1890, o ramo ervateiro se apresentava como a atividade econômica de maior destaque e importância para o antigo Mato Grosso, o que sem dúvidas contribuiu para a geração de elevados lucros para a região.

Convém citar que não é o objetivo central desse trabalho uma análise profunda da economia mato-grossense entre os anos finais da Monarquia e início da Primeira República, no entanto, ainda cabe exemplificar um outro ponto relevante dentro desse conjunto que é a chegada da ferrovia Noroeste do Brasil, na região do centro-sul do Mato Grosso, iniciada a sua construção em 1905, na cidade de Bauru em São Paulo, sob o comando do governo federal, que a princípio faria a ligação de Bauru, interior do Estado de São Paulo a capital Cuiabá, situada na região central do Estado, mas que por decisão do próprio governo federal mudou-se para a cidade de Corumbá, localizada na parte sul de Mato Grosso, região de

fronteira com a Bolívia, pois a ferrovia teria a incumbência de agregar os espaços “vazios” da região ao restante do território brasileiro. (QUEIROZ, 1997). Além dos pontos político-estratégicos, podemos entender que a ferrovia deveria desempenhar, sobretudo, um papel preponderante para o setor econômico do Estado, de acordo com o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz, os objetivos principais eram:

Encaminhar para os portos brasileiros o comércio exterior da Bolívia e do Paraguai, ademais do comércio propriamente mato-grossense (fluxos comerciais esses que, até então, subordinavam-se à via fluvial, pelos rios Paraguai e Paraná e estuário do Prata); prover meios para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, de modo a acrescer sua população; abrir, nos países vizinhos, mercados para os produtos da indústria paulista; e, por último (a partir de fins da década de 30), permitir o aproveitamento, pelo Brasil, do petróleo boliviano. (QUEIROZ, 2001, p. 2)

No âmbito político Mato-grossense podemos observar que havia interesses de grupos políticos advindos de uma elite aristocrata rural e que agora passam a desempenhar um poder hegemônico local por meio do coronelismo, uma prática comum em várias regiões estaduais do Brasil durante os primeiros anos do regime republicano, haja vista, que dadas a baixa densidade demográfica, Corumbá e Cuiabá eram as duas cidades de maior destaque político e econômico. “Embora a capital sobressaísse por concentrar grande parte da elite local, a atividade portuária conferia a Corumbá um espaço político significativo no cenário político local”. (FRANCO, 2007, p 28). O evento do dia 15 de novembro de 1889 não trouxe consigo a ideia de unidade política em Mato Grosso, o que demonstra a manutenção de bandos armados locais que usaram da violência e da intimidação para se legitimarem no poder.

A tradicional elite cuiabana começa a se sentir ameaçada em decorrência da prosperidade econômica da parte sul do estado, outro fator é a ascensão de novas lideranças de mandatários locais que assumem cada vez mais uma dissonância com o norte de Mato – Grosso, veremos que “com o passar dos anos, a tentativa de permanência do *status* hegemônico de Cuiabá perante as demais cidades do estado ganhou o reforço da intelectualidade local e o campo pela disputa de poder passou do terreno das armas para o das letras. (FRANCO, 2007, p 28)

Dentro desse contexto político e econômico da história do Mato Grosso há de se ressaltar a importância de uma análise descritiva a respeito do espaço histórico e político reservado às mulheres desse período, especificamente, nos anos finais do século XIX e início do século XX. Tendo como base as fontes jornalísticas do jornal “A Cruz”, que se preocupava em preservar a moral cristã e conservadora das mulheres cuiabanas, entendemos

que no contexto nacional as mulheres buscavam a inserção de espaços públicos e direitos civis, em especial, a luta pelo direito ao voto. Bertha Lutz umas das ativistas pioneiras nesse processo mostra como o feminismo chega ao Brasil, e de que forma ele se apresenta para a sociedade da época, pois:

[...]mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, reclamavam direitos, reagindo contra a condição a que estavam submetidas. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na ânsia de subverter a situação. (SOIHET, 2000, p. 4)

Esse feminismo brasileiro do início do século XX irá pontuar questões centrais como o sufrágio feminino e a participação política começa a ganhar um destaque maior, porém, também esse mesmo movimento recebe críticas por não conseguir efetivar outros elementos para a emancipação das mulheres da época, como é o caso do divórcio e da liberdade sexual. O jornal “*A Cruz*” direciona algumas notícias ao tipo de conduta moral cristã que as mulheres cuiabanas católicas deveriam apresentar e preservar em meio a sociedade mato-grossense do início do século XX, como podemos observar no trecho da notícia⁷ a seguir,

que devemos a nossas filhas? Eis o que um jornal americano responde: Dá-lhes uma instrução elementar. Ensina- as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engomar, remendar meias e a fazer sua própria roupa. Ensinaí as a fazer pão e explicai-lhes que uma moça piedosa e trabalhadeira, vale mais que a bailarina e janelleira. Convincei-as, no tempo próprio de que é melhor um operário honrado, sem fortuna e com sua roupa e buril, do que o elegante e nobre caloteiro. Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza. Se puderdes comportar as despesas, deixai-as aprender música, pintura e outras belas artes, porém de menor importância. (JORNAL A CRUZ, 1911, p. 9-10)

Isso demonstra a tentativa de se combater e de criticar as reivindicações das feministas da primeira onda através de matérias jornalísticas, as quais enfatizavam os comportamentos adequados das mulheres segundo a óptica cristã católica da época, cujo foco principal era o espaço doméstico, compreendemos assim que:

As características construídas pela moral cristã e atribuídas ao feminino são aquelas necessárias ao cuidado do lar, da família e do bom desempenho da maternidade, negando à mulher outras possibilidades e reforçando seu enclausuramento no espaço doméstico. (TEDESCHI, 2008, p. 81)

⁷ As citações retiradas do jornal *A Cruz* foram atualizadas para melhor compreensão dos leitores.

Ao analisar o jornal constatamos que o objetivo era manter os padrões de gênero condizentes com a moral cristã conservadora, uma moral naturalizada pela violência ao culto da domesticidade, subsidiado por uma cultura patriarcal. Os discursos produzidos pelo jornal “*A Cruz*” se constituíam como um instrumento, que operava por meio da palavra escrita, para moldar os comportamentos femininos e mantendo as mulheres subservientes e sujeitas a autoridade masculina, inclusive estabelecendo restrições para tomar decisões e fazer escolhas pessoais. Entretanto, nem todas as mulheres foram passivas diante do poder dos homens, muitas resistiram e reagiram as imposições.

Portanto, convém ressaltar que as mulheres não foram vítimas passivas, desprovidas de capacidade para elaborar estratégias ou táticas contra a dominação, os abusos e as ações violentas praticadas por homens ou outras mulheres. (RODRIGUES, 2016, p.77)

Isso revela que a sociedade mato-grossense convivia com complexas relações de gênero, uma vez que estavam presentes nestas relações as diferenças de classe, etnia e condições econômicas. Nessa perspectiva, podemos compreender que os discursos publicados pelo jornal representam construções voltadas à manutenção de um padrão de comportamento feminino conforme modelo conservador valorizado pela Igreja e por uma sociedade em que o homem é o chefe do lar e a mulher o seu esteio e a responsável pela manutenção da ordem doméstica e educação dos filhos. Um arquétipo de comportamento feminino que atendia e se ajustava ao padrão “burguês”, ou antes, aos elementos que formavam uma camada mediana em processo de consolidação de sua posição privilegiada na sociedade em questão.

O burguês no sentido de Florestan Fernandes (1976) enquanto uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante, se constituiu como figura dominante e organizada somente após o fim da escravidão e do regime imperial. Ambas as categorias se mantiveram sufocadas até o rompimento do estatuto colonial. Uma entidade que “aqui aparece tardiamente” (FERNANDES, 1976, p.17) visto que no Brasil não tivemos feudalismo e nem burgos. Após a Independência houve uma rápida valorização do “alto comércio” vinculado as redes de serviços e ao desenvolvimento urbano. Este processo acabou eliminando o agente artesanal, que segundo Fernandes (1976) se converteu em assalariado. Liberado das amarras do escravismo e com o fim do regime dos “grandes homens de negócios”, o ‘capitão da indústria’ se destaca no cenário nacional com possibilidades de construir seu próprio império,

quando os objetivos eram organizar a Nação e inseri-la no fluxo do capitalismo internacional. Diante das oportunidades que surgiam nesse cenário, a categoria histórico-social do burguês se consolidou a partir de dois tipos:

[...] o que combina poupança e avidez de lucro à propensão de converter a acumulação de riqueza em fonte de independência e de poder; e o que encarna a ‘capacidade de inovação’, o ‘gênio empresarial’ e o ‘talento organizador’, requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos modernos. (FERNANDES, 1976, p. 20)

Este “burguês”, exercia o poder por meio do exercício político, jurídico e religioso dentro da sociedade. Assim, “o ‘burguês’, que nascera aqui sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional.” (FERNANDES, 1976, p. 19)

Entretanto, não era o típico “burguês” da era “vitoriana”, isto é, “órgão privilegiado para a transmissão de valores, estabelecimento de limites, e fonte de prazeres domésticos” (GAY, 2001, p.27), conforme descreveu Peter Gay, mas antes um “burguês atípico” vivendo em terras mato-grossense, sem refinamentos, mas detentor de riquezas e poder político. Esse “burguês atípico” também valorizava a família como *locus* para o exercício da autoridade e de seu poder de mando. Eram homens que possuíam segundo Fernandes um “mínimo de consciência social, capacidade conjugada e solidária e de inconformismo, para poderem lidar, coletivamente, com meios e fins, como partes do processo de reconstrução social.” (p. 21). Os impressos ou jornais faziam parte dos mecanismos que essa categoria social vai recorrer para manter seu poder diante das outras categorias que surgem no cenário nacional com a industrialização e com a República.

A seleção das Edições publicadas pelo jornal “A Cruz” é do período de 1910, data de sua primeira publicação, até 1915, muito embora o jornal tenha sido publicado até 1969. Lembramos que este recorte temporal significa pensar o tempo a partir do fenômeno, mas também como uma “construção do tempo na expressão verbal, que vai muito além dos aspectos verbais e diz respeito ao vocabulário, à frase e ao estilo.” (LE GOFF, 2010, p.212). Assim,

[...] pode-se definir o tempo como a denotação da mudança conforme a uma cadencia do anterior ao posterior, que em princípio é possível medir e que nas realidades sócio históricas é um ingrediente essencial ‘interno’ à sua identidade, pois as realidades não ficam inteiramente determinadas em sua materialidade se não são remetidas a uma posição temporal. (ARIOSTÉGUI, 2006, 272)

Importante destacar que neste período as sociedades conviviam com intensas transformações na sua organização social, política e econômica, promovidas pela urbanização e industrialização, em especial nos grandes centros e capitais do mundo. Margareth Rago (1990) cita pontos cruciais a respeito do processo de transformações e mudanças da condição feminina advindas a partir desse processo, são eles:

[...] 1) respeitada enquanto mulher, mesmo que definida através de um discurso estruturado a partir de conceitos românticos, a mulher ganha um novo estatuto na sociedade civilizada. Sua especificidade é reconhecida, decifrada, elaborada: ela é “sexo frágil”, o pudor é sua característica mais forte, é feita para o lar e para a maternidade, dizem uns. No entanto, outros se opõem a este discurso e atribuem-lhe outros perfis: combativa, corajosa, responsável pela procriação e educação dos futuros homens da nação, ou escritora, trabalhadora, operária, advogada [...]
(RAGO, 1990, p. 67)

É notório que as mulheres do início do século XX estavam em busca de uma maior visibilidade social, cujo objetivo maior era de mudar as condições restritivas de suas participações em ações no espaço público, um domínio masculino naquele momento. Portanto, a cidade de Cuiabá do início do século XX, desempenhou um papel relevante dentro de uma perspectiva intelectual que se forma e se consolida na época. Desta forma, conseguimos perceber que a representação do cotidiano da sociedade cuiabana a partir dos espaços sociais ocupados pela população aconteceu em determinados momentos através de grupos letrados, e que vai ao encontro com o objetivo central dessa dissertação, ou seja, a análise de impressos que circulavam pela capital mato-grossense.

1.3 Reflexões teóricas sobre a História das Mulheres

A fim de que pudéssemos ter um melhor entendimento sobre a história das mulheres e produções historiográficas que abordassem a temática, selecionamos pesquisadoras/es que trouxeram através das suas pesquisas a visibilidade para esse campo de análise. Observamos que na primeira metade do século XX, especificamente na França, teremos a produção da filósofa Simone de Beauvoir, com a publicação da obra *O Segundo Sexo (1949)* o que provoca um divisor de águas para a época, pois “ Denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata de questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação [...] (ALVEZ et al, 2003p. 52), a autora, se torna, portanto, umas das precursoras sobre o estudo do feminismo ao

questionar a condição naturalizada das mulheres e como isso acarreta na desigualdade entre os sexos. Em um dos trechos introdutórios do livro Beauvoir explicita:

Mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo. (BEAUVOIR, 1949, p. 7)

O movimento feminista de Primeira Onda surgido na Europa nos anos finais do século XIX trouxe reflexões acerca de diversas situações em que as mulheres estavam submetidas, as feministas da Primeira Onda lutavam principalmente pela participação feminina nas decisões políticas e públicas. A partir da década de 1960, especialmente nos Estados Unidos teremos o ressurgimento das pautas feministas, agora denominado como o feminismo de Segunda Onda, o movimento será marcado por um feminismo renovado e remodelado, com novos anseios, buscando além da igualdade também a liberdade sexual, o direito aos métodos contraceptivos, ao aborto e ao divórcio (CARLOS, 2009), entendemos que a partir da análise descrita:

[...] o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto – organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. Os pontos de vista e iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um “monopólio da verdade”, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres. (ALVES et all, 2003, p. 8-9)

A partir dessa ótica de análise, os movimentos feministas do século XX impactaram diretamente as formas de vivências e funções atribuídas as mulheres ao longo da história, pois levantou problemáticas que até então estavam veladas por meio da submissão das mulheres à uma organização social pré-estabelecida. Papéis sociais normatizados à homens e mulheres só serão postos em xeque a partir da mobilização política dos movimentos feministas.

Além de Beauvoir, que se torna umas das primeiras intelectuais a abordar a condição das mulheres nos espaços públicos e privados, a estadunidense Betty Friedan, se pauta nos estudos de Beauvoir para tratar em seu trabalho intitulado *A Mística Feminina* “o problema sem nome”, publicado em 1963, sua obra esmiúça as inúmeras frustrações de mulheres de

classe média, principalmente no período pós-guerra. A autora retrata a existência de uma falsa feminilidade atribuída as mulheres, em que coloca como destino das mulheres a função única de “rainhas do lar” e donas-de-casa exemplares.

Dentre outros trabalhos que irão questionar a condição feminina na segunda metade do século XX atentamos para o trabalho da brasileira e socióloga marxista Heleieth Saffioti, que se torna pioneira ao analisar a condição feminina no Brasil a partir de uma perspectiva de classes dentro do sistema capitalista, a publicação de sua obra *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* enfatizou que a sociedade patriarcal corrobora para a exploração do sistema capitalista moderno e a opressão das mulheres. A socióloga ainda enfatiza,

Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, uma obra feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classes em decorrência de uma opressão que tão somente do ponto de vista da aparência atinge apenas a mulher. (SAFFIOTI, 1976: 14)

A autora postula não rotular o seu trabalho como uma obra feminista, pois na época o feminismo não era visto com bons olhos em vários países, inclusive no Brasil, tanto por setores conservadores quanto pela esquerda, “Porém, ela propôs algumas inovações teórico-metodológicas ao considerar que a categoria “sexo” poderia determinar padrões de ocupação e relacionamento no espectro social e econômico que eram estruturantes do sistema capitalista”. (MÉNDEZ, 2011, p. 8)

Percebemos que o movimento feminista conseguiu promover espaços de lutas nunca ocupados pelas mulheres, e a historiografia irá beber dessa fonte dentro das pesquisas acadêmicas, no Brasil e internacionalmente. Na escola francesa, destacamos a historiadora Michelle Perrot que iniciou o seu interesse pelo campo da história das mulheres a partir da década de 1970, e que evoluiu e se aperfeiçoou com o decorrer dos anos e, conseqüentemente, proporcionou sem sombra de dúvidas grandes subsídios para os estudos históricos sobre a visibilidade feminina na História. Para Perrot (2007),

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 16)

Assim, seu argumento revela que é imprescindível trazer discussões a respeito dos diversos aspectos do cotidiano feminino, tanto em âmbito público quanto em âmbito privado, pois há evidências de que existem diversas fontes quando se fala em história das mulheres, mas é necessário buscar esses vestígios para que se desvendem os jornais, livros, bibliotecas e arquivos públicos e privados. (PERROT, 2007, p.16). É preciso, portanto, romper com o silêncio das fontes que tirou a voz e apagou a imagem das mulheres ao longo da história,

Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas por Anne McClintock têm orientado os olhares para dimensões que antes apareciam de forma tangencial, como o culto da domesticidade que “envolve processos de metamorfose social e sujeição política das quais, o gênero é a dimensão permanente, mas não única”. (McCLINTOCK, 2010, p. 63). Ao associar gênero como uma das formas das relações de poder McClintock mostra que o culto da domesticidade serviu para difundir o culto vitoriano da domesticidade, ao mesmo tempo que promovia a separação entre o público e privado, que serviu aos propósitos do colonialismo e ideia de raça no século XIX, em especial.

A historiadora Rachel Soihet salienta que as mulheres brasileiras iniciam uma percepção sobre suas lutas e reivindicações a partir da chegada da República, o que irá acarretar mudanças expressivas:

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade. [...] Em decorrência, em amplos setores médios sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. A essas causas também aderiram mulheres da alta burguesia, igualmente desejosas de realização profissional e autossuficiência econômica. Acesso pleno à educação de qualidade, direito ao voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos. (SOIHET, 2013, p. 219)

Podemos considerar que a naturalização do padrão comportamental social entre homens e mulheres está ligado ao que seria de incumbência de cada sexo e da preservação desses modelos em cada esfera. Ainda na década de 1980 a historiadora norte-americana Joan Scott apresenta os estudos de gênero que alterou significativamente as interpretações concernentes as relações em uma cultura patriarcal. Scott propõe analisar a palavra gênero dentro de um contexto social, cultural e político, em que se pode perceber as implicâncias nas diferenças entre homens e mulheres numa perspectiva relacional,

[...] não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo ao contexto social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe, etnia, assim como levar em conta a mudança. (SCOTT, 1992, p. 87)

Deste modo, é possível entender toda essa pluralidade existente, percebendo que “a categoria gênero, usada primeiramente para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença” (SCOTT, 1992, p. 87), sendo possível entender o cotidiano de homens e mulheres em suas mais diversas complexidades, interpretações e representações. Logo, gênero será compreendido a partir da construção das relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo Scott (1990), põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Scott também menciona que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 12) De tal modo, a autora articula gênero com a noção de poder e não constitui limites imutáveis entre homens e mulheres, sendo necessário perceber as diferenças implícitas. Assim, as pesquisas devem trazer elementos para analisar questões que envolvem a diferença de gênero considerando, segundo Scott ao menos quatro pontos relevantes:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher.
2. Os conceitos normativos põe em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas.
3. O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero.
4. As (os) historiadoras (es) [...] devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas (1995, p. 14-15).

A historiadora brasileira Joana Maria Pedro (2012) considerou em seus estudos que no Brasil tivemos um chamado “*Feminismo à brasileira*”, tendo em vista que o movimento ganhou um caráter específico, enquanto em países como a França, o principal embate de luta era o patriarcado, visto como um “inimigo” central das reivindicações, e nos Estados Unidos era equiparar os salários, no Brasil, houveram também outras motivações em virtude dos conflitos ideológicos, que durante as décadas de 1970 e 1980 ficaram conhecidas como “lutas gerais”, sendo estas: pelo fim da ditadura e socialismo e as reivindicações específicas “as feministas lutavam pela participação das mulheres em sindicatos, pelos direitos das

empregadas domésticas, pela saúde e a segurança das mulheres no trabalho e contra o assédio sexual de chefes e colegas” (PEDRO, 2012, p. 254).

Para as historiadoras da História das Mulheres como McClintock, Joan Scott e Michelle Perrot a História não pode ser simplesmente um estudo sobre as relações entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, mas deve se preocupar como determinadas categorias passaram a existir historicamente e como são mantidas pelas sociedades por meio de mecanismo que criam representações nos discursos sobre determinadas categorias sociais.

Dentro desse contexto Roger Chartier, na obra *A História Cultural: entre prática e representações*, propõe a compreensão de que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1987, p.17). Ou seja, para que possamos entender as representações das mulheres ao longo da História, temos que buscar investigar os interesses dos grupos que dominavam essas práticas e quais os seus intuitos ao designar determinados papéis e espaços à elas, além do mais, o conceito de representação será utilizado para entender como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.

As pesquisas realizadas nas últimas quatro décadas, tem revelado que as mulheres, no início do século XX eram vistas como seres inferiores se comparadas ao sexo masculino, tanto no aspecto orgânico quanto no intelectual. Para maioria da sociedade brasileira elas seriam incapazes de desenvolver atividades mais complexas, pois sua estrutura biológica e sua capacidade física a tornavam frágil e delicada para atividades que exigissem a força física, a concentração e o raciocínio, assim a mulher não tinha capacidades física e intelectual para assumir determinadas tarefas, ou mesmo para praticar a violência, exceto se usasse das artimanhas próprias do sexo feminino como a dissimulação e a astúcia, o que na visão de muitos acontecia com recorrência, já que tais características compunham o perfil psicológico das mulheres. (PERROT, 2001, p. 257).

A pesquisadora Margareth Rago (1985) em sua pesquisa *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* abordou de maneira detalhada sobre a condição das mulheres operárias do final do século XIX e início do século XX, juntamente com um discurso político a partir da visão do movimento anarquista e operário da época. A autora esclarece elementos essenciais para a compreensão da participação feminina nos movimentos sociais e na luta pelo direito ao trabalho fora do espaço doméstico, considera-se:

Assim, tanto na legislação trabalhista quanto no discurso, operário a mulher é pensada na linguagem romântica das classes dominantes, fundamentadas pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, irracional, incapaz de resistir, mesmo que os documentos da época nos revelem que as mulheres tenham participado em peso das mobilizações políticas, que muitas tenham paralisado as fábricas, ou sido demitidas como “indesejáveis” segundo os patrões, acusadas de roubos, sabotagem ou boicote. (RAGO, 1985, p. 70)

Após discorrer essa análise historiográfica e bibliográfica entendemos que os estudos sobre as questões de gênero e história das mulheres se resignificaram ao longo da História e puderam contribuir efetivamente para a ampliação dessas discussões no âmbito acadêmico e social, isso demonstra que as pesquisas continuam avançando com eficácia o que conseqüentemente, colabora para que seus estudos se perpetuem com notoriedade e solidez.

1.4 A Fonte: o jornal “A Cruz”

Entendemos inicialmente que para o tema tratado na pesquisa foi necessária uma prévia triagem e escolha por pontos de relevância para a seleção e classificação do material como, por exemplo, discurso diretamente direcionados às mulheres, os não ditos, imagens e discursos permeados por significados implícitos. Este procedimento tem sido fundamentado pela historiografia que trata do tema.

Discursos e textos produzidos na/pela imprensa passaram a ser fontes para os pesquisadores da história social, política, econômica e cultural desde a renovação no campo da história com destaque para análises dos novos objetos, problemas e abordagens. Entretanto, os jornais, semanários e revistas têm o inconveniente de produzirem discursos, textos e imagens “que conformam interesses, modela práticas, institui modelos e coloca em circulação um conjunto de ideias pedagógicas, alinhavadas por uma série de slogans, [...]” (PINTO, 2017, p. 12) e discursos performativos que visam a criação de um lugar particular na história.

O jornal católico iniciou a sua primeira edição no dia 15 de maio de 1910, sua produção de início era quinzenal, intitulado *A Cruz – Orgão da “Liga Social Catholica Brasileira” de Matto Grosso*, tendo como objetivo central informar aos fiéis assinantes do jornal, em sua maioria a elite da sociedade cuiabana, os acontecimentos que a Igreja Católica julgava como pertinentes e relevantes para o conhecimento da comunidade cristã, em especial, com algumas sessões específicas para as mulheres católicas.

O periódico era composto por basicamente quatro páginas, dependendo da edição variava para mais ou para menos, se observa assim um número considerável de notícias com informações sobre o ano litúrgico da Igreja Católica, incluía-se folhetins, festividades cristãs, obituários, cadernos semanais, aniversariantes da semana e propagandas de publicidade. Levantamos uma análise dos cinco primeiros anos de circulação desse jornal. A pesquisa em questão se pauta na análise de impressos como fonte documental, sendo este um valioso aporte, portanto, é importante que se entenda:

[...] a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. (LUCA, in BASSANEZI, p. 138)

Figura 2: Primeira edição do Jornal “A Cruz,” publicação em 15 de maio de 1910



Fonte: A Cruz, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

O projeto de pesquisa analisou os documentos produzidos no início do século XX. Assim sendo, buscamos entender a relevância do uso de tais fontes para a produção da pesquisa historiográfica, destacamos para essa análise o papel do/da historiador/a ao fazer uso

dos documentos, Le Goff, em sua obra *História e Memória*, denota importantes subsídios para o uso dos documentos nas pesquisas históricas. Segundo o historiador:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. (LE GOFF, 1996, p. 538)

Le Goff (1996, p. 538), também explicita que, “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. Ou seja, é imprescindível que durante a execução do trabalho do/da historiador/a haja a desconstrução dos discursos hegemônicos e imutáveis dos documentos. Ainda nessa concepção do uso das fontes documentais, podemos compreender que a História irá se apropriar de inovações documentais dentro do campo da pesquisa, como exemplo de análise e a principal fonte documental para o desenvolvimento dessa pesquisa, verificamos que os impressos ganham um papel de destaque. Aline Maria Müller (2014, p. 270), em seu artigo “*O Jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia [...]*”, destaca que:

Os jornais impressos, antes desprezados pelos historiadores, passaram a ser reconhecidos como importantes fontes de pesquisa histórica e antropológica. Após analisado e desconstruído, o texto jornalístico permite abordagens em diversos campos de pesquisa, como o das representações ou das construções sociais. (MÜLLER, 2014, p. 270)

A autora informa a importância dos textos jornalísticos para o desenvolvimento da pesquisa histórica e antropológica, pois, “Ao utilizar os jornais como fonte de pesquisa, o investigador deve interpretar o texto jornalístico, a fim de identificar seus limites e explorar suas potencialidades”. (MÜLLER, 2014, p. 271).

Nos estudos relacionados aos assuntos de gênero e imprensa podemos destacar os trabalhos da professora e historiadora Joana Maria Pedro que em sua obra *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/ Florianópolis 1880 - 1920*, analisou perfis estabelecidos sobre mulheres denominadas “honestas” e as “faladas” na imprensa local. Já em outra obra intitulada *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*, a autora elenca relevantes características da imprensa brasileira no século XIX, a partir de periódicos

publicados na cidade de Desterro entre os anos de 1831 e 1889, em que é discutido como a imprensa desterrense que era ligada a interesses privados também operava em afinidade ao poder público, almejando alcançar resultados em seu benefício. Ambos os estudos trazem importantíssimos subsídios metodológicos ao se trabalhar tais questões.

Buscamos analisar o discurso presente no jornal católico “*A Cruz*”, publicado entre 1910 e 1915, tendo como objetivo primordial compreender como tais discursos, textos e contextos contribuíram à manutenção dos comportamentos de gênero como parte das relações de poder.

A pesquisa apresentada analisou as representações das mulheres e das relações de gênero no impresso Católico “*A Cruz*”, produzido no antigo Mato Grosso (Cuiabá). A escolha para a proposta de estudo em questão envolveu a visibilidade de homens e mulheres no tempo e suas representações nas relações de gênero em Mato Grosso com fontes até então pouco incorporadas nas análises históricas. As abordagens que incorporam análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimentos com a existência de oposições, deixando aparecer um mundo no qual se multiplicam formas de diferenciação, de permanências e de mudanças.

Desta maneira, no decorrer das páginas do periódico “*A Cruz*” foi possível diagnosticar pontos de suma relevância para a temática escolhida, dentre eles destacamos a conjectura central desse trabalho, que diz respeito a imposição de um modelo “ideal” de comportamento às mulheres católicas do início do século XX, em que esses papéis normatizados e naturalizados estabelecidos ao universo feminino estaria intimamente ligado não só a religião católica, mas também ao padrão de família e de mulher burguesa da época.

2 DA PRÁTICA A PRODUÇÃO DO LUGAR SOCIAL FEMININO

De início se faz necessário mencionar que será com o advento da Nova História, que temas antes vistos com preteridos pela historiografia passaram a adquirir seriedade e notoriedade nos estudos históricos, inaugurando novas tendências teórico- metodológicas para a construção historiográfica. Ampliaram-se as escolhas, os recortes temáticos e as pesquisas que:

[...] passaram a investigar a história da família, as tradições e formas de consciência da classe operária, o medo ou os odores, a sensibilidade e as atitudes morais das sociedades, os imaginários populares, o nascimento da ideia do purgatório, a cosmovisão de um moleiro do século XVI, a história da loucura ou da razão nas épocas clássica e moderna, a vida privada e a vida cotidiana, o imaginário trifuncional do feudalismo, a ideia da morte ou da descristianização, a imagem da criança no Antigo Regime, entre muitas outras. (ROJAS, 2004, p. 110)

Assim sendo, como já pontuado esta pesquisa se desenvolveu em narrativas construídas em torno do campo historiográfico da história das mulheres e das relações de gênero. Nesse sentido, torna-se importante apresentar algumas importantes discussões bibliográficas referentes aos estudos realizados pela história das mulheres, relações de gênero, representação, análise do discurso e o uso da imprensa como fonte histórica documental.

2.1 Historiografia e História das mulheres: anseios e desafios

Tendo em vista que “a imprensa periódica seleciona, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2005, p. 139), a pesquisa buscou mostrar durante todo o processo de confecção e execução do trabalho, os aspectos mais preponderantes nas representações de gênero, que se encontram no periódico mato-grossenses “*A Cruz*” do início do século XX, analisando a partir dessa perspectiva, quais estereótipos essas mulheres apresentavam . Ao tratar a questão do discurso dentro das narrativas históricas, Michel Foucault (1986), no seu livro *Arqueologia do Saber*, demonstra como o discurso constrói o conhecimento. Além disso, se verifica de acordo com o seu pensamento, que é por intermédio do discurso que a definição do sujeito se consolida a partir dos seus posicionamentos e formulações, ou seja:

[...]que uma formação discursiva define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer

objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 1986, p. 50).

Partimos da hipótese de que o jornal católico “*A Cruz*” contribuiu de forma significativa para a manutenção dos comportamentos de gênero e do culto da domesticidade feminina, em Mato Grosso, no período de 1910 a 1915. As primeiras evidências permitiram perceber que os discursos dirigidos às mulheres traziam implícitos normas de conduta social e moral, mas também orientações voltadas às práticas religiosas, que pela recorrência acabavam sendo incorporadas aos comportamentos da vida cotidiana

A História passou por transformações no seu arcabouço teórico-metodológico, dinâmica que tinha como objetivo intensificar discussões que pudessem trazer à tona percepções antes não debatidas nas correntes historiográficas. Tais entendimentos deve-se ao fato de que a História não seria uma área do conhecimento pautada apenas em se estudar fatos isolados do passado, pois dentro da pesquisa historiográfica o conhecimento empírico está atrelado à prática empírica, bem como, a identificação da função de uma teoria da História e suas abrangências metodológicas, além do uso das práticas discursivas, subjetividades e interpretações nas narrativas dentro do campo da História.

O historiador March Bloch na sua obra póstuma *A Apologia da História ou o Ofício de Historiador* observa o papel da criticidade dentro das narrativas históricas, o autor mostrará a importância de se questionar os documentos, ou seja, a postura do historiador é de interrogar e problematizar suas fontes, pois “Os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentes mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-lo” (BLOCH, 2001, p. 79).

Sendo assim, através da interrogação das fontes é possível construir a narrativa discursiva. O discurso está intrinsicamente ligado as representações do passado e, conseqüentemente, às inúmeras maneiras de interpretações e questionamentos dentro das narrativas históricas, também por diversos olhares de interpretações dentro das áreas do conhecimento. Ao perscrutar o passado com a história, outros pontos relevantes como a epistemologia, a metodologia e a ideologia também abarcarão questões problemáticas para a compreensão do que é História. Tendo em vista que, “[...] a fragilidade epistemológica permite que as interpretações dos historiadores sejam múltiplas (um só passado, muitos historiadores)”. (JENKINS, 2007, p. 31). Entende-se, assim, que a história está voltada ao constructo pessoal do historiador, o que resulta em diversos olhares e perspectivas de um mesmo fato.

Analisar como os discursos produzidos pela imprensa periódica serviam para a manutenção dos comportamentos femininos conforme a cultura patriarcal não tem sido uma tarefa fácil, pois exige perceber contradições pouco evidentes nas fontes produzidas por seus autores. Partimos da hipótese de que o jornal católico “*A Cruz*” contribuiu de forma significativa para a manutenção dos comportamentos de gênero e do culto da domesticidade feminina, em Mato Grosso, no período de 1910 a 1915. Os discursos dirigidos às mulheres aparecem de forma dissimulada por uma orientação voltada às práticas religiosas.

Desta forma, a parte metodológica da pesquisa pautou-se na análise qualitativa dos dados cotejados nos documentos históricos, sendo estes a principal fonte de análise para este estudo, ou seja, a escolha do jornal católico mato-grossense “*A Cruz*” (1910 a 1915). A importância deste tipo de fonte para o historiador consiste nas possibilidades de se compreender os significados dos discursos produzidos com o fito de estabelecer e manter determinados comportamentos sociais. Para o tema tratado na pesquisa foi necessária uma prévia triagem e escolha por pontos de relevância para a seleção e classificação do material como, por exemplo, discurso diretamente direcionados às mulheres, os não ditos, imagens e discursos permeados por significados implícitos. Este procedimento tem sido fundamentado pela historiografia que trata do tema.

Buscamos nessa rápida discussão teórica apresentar o que temos de mais relevante nesta historiografia relacionada aos questionamentos pertinentes à pesquisa, pois é entendido que o presente estudo trouxe significativos subsídios para a execução da pesquisa e melhor análise das fontes.

2.2 As mulheres e suas representações no Jornal “*A Cruz*”

Nas edições dos anos de 1910 a 1915, o periódico “*A Cruz*” transcorreu nas suas páginas uma expressiva preocupação da Igreja em combater e conscientizar o seu público leitor de problemas contemporâneos que pudessem ameaçar o modelo patriarcal das famílias cristãs cuiabanas/mato-grossenses, tendo em vista que o jornal “*A Cruz*” era eivado de um catolicismo conservador e tradicional. Nos fragmentos abaixo se observa o seguinte:

Quando à nossa mente serena se afigura o horizonte social, e nós meditamos o caminho moral que o nosso povo vai palmilhando, dificilmente nos podemos livrar de um pensamento acabrunhador a meninice vai perdendo a fé, parte já está estragada, parte prestes a cair no desolador e tétrico ateísmo. É inútil reproduzir estatísticas. Os jornais mostram-nos unicamente centenas de moços com as mãos conspurcadas de sangue, outros dados com maus costumes; e as almas entregues a corrupção. E’ o que nós todos sabemos. Mas pode logicamente a sociedade

repousar tranquila? É nos lícitos ou permitido permanecermos frios e indiferentes diante de uma chaga que dia a dia torna se mais profunda? Estamos na época do progresso. [...]. Mas poucas palavras com relação a família. Mas poucas palavras com relação a família desta feita é um argumento delicadíssimo e merece ser estudado e resolvido com amor. Certamente ao calor do álcool e da discórdia não pode florescer a inocência: ela desabrocha viçosa floresce e vinga ao calor do sacrifício cristão: em um ambiente cético e leigo não podem florescer bela e perfumada a fé, nem a virtude. (A CRUZ, 01/12/1910, p. 1)

O trecho acima foi extraído da matéria *Dolorosa Realidade* publicada no periódico “A Cruz” no dia primeiro de dezembro de 1910. Nesta matéria se observa um relato do progresso da ciência e das tecnologias no período e também do esquecimento da sociedade dos problemas gerados no seio das famílias. Para o jornal, em virtude desse avanço, houve como consequência a propagação de uma realidade cética e leiga. Além disso, na matéria é exposta uma consideração sobre a decoração das casas das mães de famílias cristãs com quadros de obras de arte, que na visão da Igreja eram repletos de imoralidades:

[...] observa todas as paredes, está quase sempre dolorosamente impressionado pelos quadros ou ilustrações que aí estão impostos, e isto não só nas cidades e vilas; mas outro sim nas mesmas aldeias e roças. De mais a mais observa se isto até nas próprias casas cristãs de ótima fama e incensurável conduta. E essas figuras ou porque obra de arte, ou porque recebidas gratuitamente formam uma exposição viva e continua de imoralidade. [...] A mãe cristã que faz rezar ao seu pequeno filho as orações de manhã e a noite, ajoelhados perto da cama, produz um doloroso contraste quando sobre suas cabeças está um desses quadros. (A CRUZ, 01/12/1910, p. 1)

Desta forma, foi possível perceber que no jornal “A Cruz” as notícias que eram direcionadas ao público feminino tinham por objetivo principal criar estereótipos de uma conduta moral e cristã-católica imposta com rigor pela Igreja, no qual as mulheres cuiabanas/mato-grossenses teriam de exercê-las severamente. As funções atribuídas a estas mulheres e que estavam associadas a uma postura moral-religiosa eram baseadas no desempenho de papéis restritos ao espaço doméstico e privado no interior das famílias, como de donas de casa, mães e esposas. De acordo com essa concepção de análise percebemos que:

Colocar a ênfase na moral cristã como mecanismo determinante do papel social da mulher, não deixa de fora a consideração da função essencialmente perpetuadora de um discurso que é, acima de tudo, social e cultural, assentado em modelos do feminino historicamente construídos e culturalmente sedimentados. (TEDESCHI, 2012, p. 57)

A educação moral cristã dos filhos e filhas era de total responsabilidade das mulheres. Uma exemplar mãe católica deveria zelar pela religião da sua família seguindo à risca o

caminho cristão. Na edição do jornal “A Cruz” do dia dez de dezembro de 1911 publicou-se uma matéria intitulada *Gotas de Orvalho mãe*, nela é visto que depois de Deus a mãe é quem prepara o futuro de um homem, ou seja, o destino do seu filho:

Gotas de orvalho mãe

Depois de Deus, quase sempre a mãe é tudo na preparação do futuro do homem. O conde José de Maistre escrevia com razão á sua querida filha: É sobre os joelhos de mãe que se forma o que há de mais excelente no mundo.

Quero fazer de meu filho um santo dizia a mãe de Santo Athanasio.- Graças, mil graças, meu Deus por nos haverdes dado por mãe uma Santa exclamavam no momento da morte de Santa Emília seus dois filhos São Bazilio e São Gregório Nissen. Santo Agostinho não se cansava de dizer: Meus Deus, devo tudo a minha mãe S. Gregório Magno deixou-nos um monumento do que julgava dever á piedade esclarecida de sua mãe Sylva. Fela pintar sentada a seu lado, de vestido branco, com símbolo dos doutores da cabeça, estendendo dois dedos da mão direita, como para abençoar, e sustentando com a esquerda o livro dos Santos Evangelhos debaixo dos olhos de seu filho. Quem nos deu S, Bernardo? Quem o fez tão puro, tão forte, tão abrasado de amor para com Deus? Sua santa mãe Azeta. Quem formou quase todos os santos? Suas mães.

Um dia, em que o venerando Cura d’ Ars falava com ternura das recordações de sua infância: Sois bem feliz, lhe disse alguém, por haverdes sentido tão cedo o gosto da piedade. – Depois de Deus, respondeu ele, devo isso a minha mãe: ela era tão boa cristã! Dizia-me muitas vezes: Meu Joãozinho: si te visse ofender a Deus, que grande desgosto não teria acrescentava ainda o venerável Servo de Deus: Um filho nunca deve ficar a vista em sua mãe sem chorar de ternura e reconhecimento. A memória de uma mãe, como suas lições, vive em nosso coração até o fim da vida, porque se mistura a recordação do amor terno, mais desinteressado, e, por conseguinte, mais sincero. Um filho extraviado poderá quiçá dizer, para abafar um remorso importuno. Minha mãe enganou-se: mas nunca um bom filho poderá dizer: minha mãe enganou-me.

Diga pois cada uma das mães católicas a seu filhinho, como Branca ao seu pequeno Luiz, mais tarde grande santo e rei Cristianíssimo: Meu filho, amo-te antes de ver-te cair em pecado mortal, quisera ver-te mover a meus pés. Pois bem, sejam as mães verdadeiramente devotas de amantíssimo Coração de Jesus, e assim acontecerá! O mundo encher-se-á de Santos, e será salvo. (A CRUZ, 10/09/1911, p. 2)

As mães católicas segundo a matéria haviam formado filhos santos, desta forma, também seria a responsável pela vigilância incessante das suas filhas para que estas não ficassem consequentemente desmoralizadas perante a sociedade. Para que isto não acontecesse, às mães de família obrigatoriamente deviam instruir as meninas a serem perfeitas donas de casa. Elas deveriam aprender desde cedo e, principalmente, antes do casamento a realizar os afazeres domésticos como lavar, passar, engomar, cozinhar, pois este era o futuro que a Igreja determinava para as mulheres que seguiam os preceitos do catolicismo: “ensina-lhe, primeiramente a ser boa dona-de-casa, explicando-lhe todo o seu cortejo de espinhosos deveres e obrigações. Tira a da janela, põe a na cozinha, ensina-lhe a cozer, também a cozer e a engomar.” (A CRUZ, 11/07/1915, p. 2).

Na matéria publicada no jornal “A Cruz” em 15 de fevereiro de 1911, intitulada *O que devemos a nossas filhas?* extraída de um jornal americano não identificado, também relata sobre a educação que devia ser ensinada as meninas da época:

[...] Ensinais-as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engomar, remendar meias e a fazer sua própria roupa. Ensinais-as a fazer pão e explicai-lhes que uma moça piedosa e trabalhadeira, vale mais que a bailarina e janeleira. Convençei-as, no tempo próprio de que é melhor um operário honrado, sem fortuna e com sua roupa e buril, do que o elegante e nobre caloteiro. Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza. Se puderdes comportar as despesas, deixai-as aprender música, pintura e outras belas artes, porém de menor importância. Ensinais-lhes que um passeio a pé é muito mais saudável do que de carro e que as flores do campo e da floresta tem seus encantos para não serem desprezadas. Ensinais-as desconfiar das aparências e bem cumprir suas palavras e promessas. Convençei-as de que a felicidade no matrimônio não depende de luxo, nem de fortuna porém do respeito e da confiança que os esposos devem um para com o outro; pois isso envolve o prazer e o contentamento do lar. Se tudo isso ensinardes às vossas filhas e as fizerdes bem compreender podeis sem receio deixai-as no mundo, certos de que levarão uma vida modesta, pobre e honrada. (A CRUZ, 15/02/1911, p. 1)

Nas edições do jornal do ano de 1915 é apresentado no jornal uma coluna direcionada às mulheres católicas intitulada *Cara Irmã*, esta coluna publicada esporadicamente nas edições do jornal “A Cruz” era escrita por um homem denominado Gil Moreno, no entanto, não foi encontrada nenhuma menção de quem poderia ser este autor. Esta coluna teve início em abril de 1915 e a última publicação em setembro do mesmo ano. A coluna *Cara Irmã* expressava no seu texto diversas situações vivenciadas diariamente no interior de uma família católica. Os personagens principais era um casal de irmãos anônimos e fictícios, ao passo que, o objetivo de reportá-los seria de apresentar o irmão aconselhador e ao mesmo tempo direcionando duras críticas as atitudes da sua irmã, já que este, um assíduo fiel católico, era quem seria a pessoa ideal a opinar na vida familiar da sua *Cara Irmã*.

A figura da irmã era de agir conforme os ensinamentos de seu irmão católico, sobretudo em algumas situações cotidianas como na decoração do ambiente familiar, pois segundo a visão do irmão a casa da sua *Cara Irmã* estava decorada com figuras de cartões postais indecentes para um lar verdadeiramente cristão, tal contexto é abordado na primeira edição da coluna:

Cara Irmã I

Esta é a primeira que te escrevo, minha cara irmã, depois que aqui cheguei, devido ao acúmulo de trabalhos a que até ontem tive que fazer face, trabalhos de minha árdua profissão. [...] E, sem mais prolóquios irmã, não estranha, não ficam lestanda o que vou dizer sobre as impressões que me causou tudo quando via e injetar em seu conformativo lar que me é tão caro; as considerações que vou fazer sobre tudo isso

e os conselhos que, como irmão mais velho, te dou obrigado a dar. Tu te dizes católica, mas, no entanto logo que entrei em tua casa, vi tantas coisas curiosas, porém notei imediatamente a ausência de uma: - nem si quer, um crucifixo vi nas paredes: mas pelo contrário, em todas elas uma grande quantidade de figurinhas indecorosas, dalilas que vêm, principalmente, nas caixinhas de cigarro e cartões postais, belos pelo colorido, mas frios e repelentes pelo que representam: mulheres mal vestidas, posições lazeiras, imodestas, cenas indecentes, raptos... Oh! Minha cara irmã, não mostras que tiveste uma educação genuinamente cristã ou que conservas ainda aquele bom senso que revelavas quando eras mocinha! Mas porque pregaste na parede essas dalilas e outros cartões? - naturalmente porque gostaste deles, não é assim? Naturalmente porque concordaste com todas aquelas cenas! Que escândalo! Figuras de tal natureza não são dignas de estar em paredes de casas de família, mas, talvez não imaginaste que, quando ao pregaste, pregaste a tua própria condenação! Oh! Como é prolixa a linguagem da tua condenação, porquanto está ela representada por uma grande quantidade de indecências!... Figurinhas sujas e escandalosas, a cuja presença corei! Não imaginas, louca, que tens um bandarêco de filhos entre os quais moços e moças que perdem naturalmente o pudor em presença de tão indecorosas pinturas? Não vês que cenas de tal natureza são como esponja que nos varrem da face todo o pudor? Insensata, até pertinho do teu nicho, mesmo entre as sagradas imagens do seu oratório vi tais cartõezinhos? Em que companhia pões tu, portanto, as margens dos santos? Seria melhor que desses de presente ou lançasse ás águas, as imagens do teu oratório, em vez de desonrá-las com essas dalilas e esses postais! Antes, lança estes só fogo e creia-me teu devotado irmão. Gil Moreno (A CRUZ, 25/04/1915, p. 3)

De acordo com a coluna, a base moral das famílias era voltada para uma educação cristã-católica, ao ponto do irmão entender que seus sobrinhos não estavam sendo educados conforme religião Católica ensina, culpabilizando a irmã pelo mau comportamento dos seus filhos, por não estarem de acordo com a moral católica e, mais uma vez a mulher se torna a figura central pela preservação da educação e dos valores cristãos dentro dos lares:

Cara Irmã II

As tuas crianças!... Que lastima, querida irmã! Como vão sendo criadas com o tempo, como se diz vulgarmente isto é, á redes solta. O Joãzinho e o Xandó ainda meninos, saem pelas ruas e entram a hora que muito querem, não te respeitam mais, só sabem exigir roupa boa e engomada e andam por toda a parte...Os pobres pequenos estão em mau caminho e tudo por teu desleixo e pusilanimidade. Eu te perguntei em dia porque iam em companhia de outros mocinhos, filhos de gente de bem; que assim era que haviam de ir começando a fazer parte da sociedade e que, em breve, estariam homens e por conseguinte, não deviam estar em casa! Pobre! Entendes por gente de bem todos aqueles que andam bem vestidos e não imaginas que principalmente hoje é tão difficil achar uma boa companhia como a um tesouro! Deixas os teus filhinhos passearem com qualquer gente, basta que esteja bem vestida e não vês que hoje em dia de cem se encontra um com quem se pode passear e que, em toda a parte há um pedaço de mau caminho!" Queres que eles façam parte da sociedade! Então, deixando-os em casa, estarão eles fora da sociedade? Não pensas, louca, que criando-os na rua, irão perdendo de dia para dia a afeição por tí? Não vês, que mais tarde, em vez de amar-te e servir-te amarão e servirão tão somente aos vícios que infalivelmente a prenderão na rua? Eu ouço, neste momento, os gemidos e os suspiros das mães. Ouço os suspiros, dessas mães que possuindo muitos filhos que podiam dar-lhes o necessário para a sua subsistência e rodeá-las de todo o conforto e carinho, se debatem, no entanto, na miséria. (A CRUZ, 02/05/1915, p. 2)

A coluna *Cara Irmã* fundamenta o princípio do amor incondicional materno, sendo assim as mulheres deveriam estar restritas à esfera privada, apenas executando funções dentro dos seus lares, ou seja, predestinadas a serem exímias mães, esposas e donas de casa. Por outro lado, Badinter (1985) descreve que “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. [...] ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina”. (BADINTER, 1985, p. 23).

Nas matérias escritas por Gil Moreno, o papel da maternidade é fundamental dentro dos lares cristãos, tanto que, se caso a maternidade não fosse cumprida assiduamente o castigo viria com a indisciplina, miséria e a marginalidade:

Mas, justo castigo! Si tivessem educado esses filhos nas máximas sublimes da moral cristã, si tivessem formado o seu coração desde pequeninos si lhes tivessem ensinado a evitar as más companhias, não estariam a derramar tantas lagrimas. Mas, repito, justo castigo desde este mundo! E queira Deus que eu não esteja ouvindo, - em breve, teus tristes lamentos. Como não havia eu de ficar impressionado com o futuro do Joãozinho e do Xandó e sabes o que me aprontaram?- Na noite que a cheguei, quando estava eu já acomodado, entravam eles na rua já tarde, vinham do cinema, onde a imoralidade é seguidamente estampada em toda a sua nudez, de lá vinham os teus filhos! - Ouvi um tlim tlim onde depus o meu paletó: eram meus niqueis que se iam. Ouvi ainda debaixo da minha rede um ruído: iam-se os meus cigarros. Os teus filhos já sabem furtar, querida, os meus (rasurado) meninos de 12 e 12 anos, já são bons fumantes: fumam até perto de ti e não lhes dizes nada! E dizer porque, não achas? Eles precisam fazer parte da sociedade! Que palavras grosseiras, que ditos indecorosos falam a toda a hora e é a responsável por tudo isso perante Deus porque não os repreendes, porque não lhes bates quando os pronunciam. – Até o teu Juquinha dentro do seu chambalésinho, com a sua linguagem ainda toda atrapalhada, já sabe xingar ! Precisas mudar de rumo minha cara irmã, pois, assim vaes muito mal. Tempo que estás a janela só a olhar quem passa, tempo que estas, querida irmã, a falar mal da vida alheia, chama , reúne os teus filhos, ensina-lhes o catecismo, ensina-lhes conhecer e amar ao bom Deus, e amando- -, saberão também amar te parta sempre. Farás com isso um futuro brilhante não só a eles, mas, a ti também – só conhecendo e amando a Deus, poderão eles te servir de consolo e animo na velhice. Procura salvar-lhes as almas e terás a tua também salva lembrando-te ao mesmo tempo que quem criou os filhos para encaminhá-los para o inferno não entrara no reino dos céus! Gil Moreno (A CRUZ, 02/05/1915, p. 2)

Embora as ações de muitas mulheres não se restringissem apenas ao privado, prevalecia para elas o imperativo da maternidade, quer seja nas páginas impressas do periódico “*A Cruz*”, assim como em outros jornais e nos discursos da Igreja do período em questão, portanto, “O papel da mulher identificar-se-á com a maternidade, o que remete imediatamente para o domínio do lar. [...] já que nenhuma função adquire, segundo a Igreja, maior importância do que a de cuidar dos filhos.” (TEDESCHI, 2012, p. 84). A respeito das imagens envolvendo mulher, amor e maternidade, é possível entender que:

[...] Nas imagens dos jornais, por exemplo, [...] das mães dependia o progresso e a civilização, visto que diferentes de “vaso” ou “receptáculo”, elas eram consideradas, principalmente, como criadoras e educadoras das novas gerações. (PEDRO, 1998, 25)

No jornal “A Cruz” também apresentava o desapego às superstições que não representavam o desenvolvimento correto da fé cristã. Na coluna *Cara Irmã*, o irmão enfatizava que por ser sua irmã uma mulher carregada de superstições ela mereceria ser expulsa da Igreja caso não se desprendesse das suas crendices populares não católicas. As superstições eram praticadas mais predominantemente no mês de agosto, pois era considerado pela *Cara Irmã* como sendo o mês dos dias de maus agouros. Numa linguagem direta as mulheres leitoras, se considera as crenças não religiosas católicas como tolices e assim se constitui um discurso de autoridade, conforme nos lembra Pierre Bourdieu em que a eficácia das falas autorizadas obtém sucesso com a cumplicidade das leitoras, produzida por mecanismos sociais fundados no desconhecimento do princípio de autoridade. (BOURDIEU, 1998, p. 91). Foram publicadas três edições em que se aborda as superstições, duas no mês de agosto e uma no mês de setembro:

Cara Irmã VI

Estamos no mês de agosto e como não deves andar precavida, com medo, cara irmã! Supersticiosa e ignorante como és, tens na gaveta da tua mesa uma lista de dias maus. Dizem que dia tal não se deve trabalhar porque é aniversário da morte de Caím, dia qual é o em que Judas perdeu os tamancos, é aziago. E assim, todos os meses têm para ti muitos dias nefastos. [...] Então, o mês de agosto é para ti o pior dentre todos e o mais fértil em dias aziagos! Pobre que tu és! E a tua ignorância, as tuas superstições e bobagens vão muito mais além. Crês que, quem abre os braços numa porta fica com a vida transtornada; crês que aquele que passa pente nos cabelos á noite, perde mãe; quem guarda roupa de luto; chama sobre si outro luto; quem pisa á sombra do outro, atrasa lhe a vida; quem pisa os cabelos cortados de qualquer pessoa, dá-lhe dor de cabeça; que, passando a vassoura pelos pés e, ao apertar a mão os braços se cruzam, essas pessoas não se casam... E sabes e crês em mais coisas, dizes que, si três pessoas acenderam o cigarro em um mesmo fogo, a terceira terá que morrer logo; que si alguém acender ainda o cigarro á luz da lâmpada, não alcançará o que deseja. Dizes ainda que os cantos das corujas e os uivos dos cães são agouros; que si uma galinha cantar como galo, deve ser morta e ninguém deve comer-lhe a carne, porque está com espírito de judeu que anuncia coisas graves. Em quantas superstições, em quantas bobagens acredita! Quão ignorante és tu, minha cara irmã! Pelo que vejo crês também no bom afeito do Padre Nosso de traz para diante e de trazer Santo Antônio amarrado. Não duvido que tu, atrasada como és, dás crédito a práticas semelhantes absurdos. Tola, bem vejo que, as mesmas formas, acreditas sem simpatia, minhocão- lobisomem, boi a serra, boitá, bruxa, cavalo sem cabeça, patuá etc. deixa de semelhante bobagens, do contrário, todos rirão de ti e serás considerada como pagã e com muitíssima razão. Ouvi tantas vezes dizeres a tua Josephina que não deixasse a caixa aberta e que, depois que varresse a casa não atirasse o cisco com a vassoura para fora porque, do contrário, como o cisco sairia a fortuna de casa. Tenho, realmente, muita pena de ti. És um grande cofre de superstições e por isso mesmo, julgo te fora da Igreja, és uma herege, digna das penas do inferno. A Igreja Católica não admite essas bobagens e si

queres salvar a tua alma deixa dessas crenças idiotas e crê só no que Deus e a Santa Igreja nos ensina. Gil Moreno (A CRUZ, 22/08/1915, p. 2)

Na segunda matéria sobre as superstições o jornalista Gil Moreno exemplifica várias crendices condenadas pela Igreja, e condena a irmã, por ter sido educada em um lar cristão e que agora estaria agindo com um comportamento desprezível para uma fiel católica:

Cara Irmã VII

Até hoje não pude me esquecer daquele dia de eclipse, quando estive em tua casa. Mandaste compra uma lata de pólvora e, tu mesma, no quintal carregavas uma espingarda de grosso calibre e davas grandes tiros quase me ensurdeceram. Mas, não (indecifrável) somente tu quem atirava. Por toda a parte, pelos arrabaldes da cidade, só tiros se ouviam. E dizias me que os eclipses são motivados por uma luta entre a lua e o sol, que sempre pretendeu engolir aquela, que, quando só travam essas lutas, os nossos tiros assustam o rei planeta, que, amedrontado, larga da pobre lua, - inocente ovelha de peles prateadas, pela qual tem apetite enorme desde o princípio do mundo. Pobre, ficas amedrontada com uns fenômenos o mais natural desde o princípio do mundo e, és digna de mofa. Número 3 e número 13! Figa! Não é? Números, maus, conta ruim, não é, assim minha tola? Número 3, conta que o diabo fez, número 13, número das cartolas de Caim! Quantas bobagens, e, falas isso, muito séria! Uma vez dizias ao Xandó – Não assovies de noite porque as almas respondem, não digas nunca que o luar é belo porque, as almas que só gostam de escuras noites, se recolhem chorando... Sou pobre, mas possuiria uma grande fortuna si apanhasse em vinténs o que tens em bobagens. Dizes tantas coisas que causam riso a toda a gente sensata. Dizes coisas que põe a gente pateta, que fazem a gente sonhar: Em quantas coisas acreditas; que, si, alguém entra por uma porta e sai pela outra, quebra amizade com o dono da casa; si alguém dá de presente um lenço a outrem fica também inimizado com quem o deu; que riscar chão é só para sepultura; que por sal no fogo ou vassoura com o cabo para baixo, corre com visita; que, ferradura usada de cavalo ou uma moeda de prata cobre ou níquel, pregada na soleira da porta ou no balcão, chama fortuna em casa; que o negociante que vender fiado na segunda feira, passa a semana inteira só fazendo maus negócios e vendendo fiado: que uma criança de pernas finas, pode ficar com elas grossas si as amarrar com fios de punho de rede de gente impertinente: que o gago fica conversando bem si lhe bater com uma colher de pau na cabeça! Minha tola irmã, mesmo as pedras poderiam caçar de ti, mas, eu, somente tenha a lastimar te, pois que, foste educada cristãmente, bebeste, em tempo de criança o leite de uma mãe que, si não está na pátria celeste no número das maiores santas, tenho certeza contudo, que participa na mesma pátria, da gloria dos bem-aventurados, porque foi, na terra o espelho de mães. Foste educada com esmero. Eras em nossos belos tempos de infância a graça e a alegria de um lar sereno, asilo de todas as virtudes cristã! E hoje, como estás completamente mudada, tão outros o teu pensar e sentir, tão outro, portanto, o teu futuro. Tu, embora essas bobagens e crendices grosseiras, te dizes católica, porque vaes ás missas e ás procissões. Mas tuas crendices são a negação das verdades que a igreja nos ensina e és por conseguinte uma infiel. A Igreja é a reunião dos fiéis, e por isso, não deves la ir, enquanto não puseres como aos teus desvios. Os infiéis, os supersticiosos, não devem, nem podem entrar nos sagrados templos de N. S. Jesus Cristo. Gil Moreno (A Cruz, 29/08/1915, p. 2)

Na terceira matéria Gil Moreno liga as crenças da irmã a atitudes de fiéis protestantes, também a condena e a amaldiçoa veemente ao sofrimento eterno por permanecer com atitudes infundadas pela Igreja Católica:

Cara Irmã VIII

Mas não sei até onde irão com essas superstições só próprias da pobre gente protestante. [...] aconselhas a todo o mundo que não empreenda viagem alguma nas sexta feiras; não consentes que ninguém em tua casa corte as unhas nas segundas – feiras porque acreditas que quem o fizer, cedo ou tarde ha de virar lobis-homem. Em sonhos tudo quanto é bom e bonito significa coisa má – e é interessante! Pela manhã as tuas vizinhas atrasadoras como tu respondes a uma por uma das perguntas e tão séria como si estivesses convicta de estares a falar verdade... [...] Acreditas piamente que quando choramos pelos mortos fazemos sua alma padecer. Que falta de juízo em tudo! [...] Que grande passo dás para o inferno! Es a oitava maravilha do mundo e por isso mesmo o diabo tem por ti um amor todo especial. Gil Moreno (A CRUZ, 11/09/1915, p. 2)

Em algumas matérias da coluna a temática sobre matrimônio é bastante enfatizada, Gil Moreno direciona críticas rigorosas ao dizer que os/as filhos/as da *Cara Irmã* estariam demasiadamente preocupados com um assunto que ainda não lhes dizia respeito pelo fato de serem crianças, porém na matéria a qual questiona a educação da filha da irmã, percebemos a preocupação em manter uma boa reputação da sobrinha em meio a sociedade, afim de que no futuro pudesse encontrar um bom marido, desde que estivesse pronta para ser uma esposa zelosa e comprometida com suas obrigações domésticas:

Cara Irmã IV

Notei que estavas com pressa de fazer a tua Josefina casar-se. No domingo depois da minha chegada ali, uns rapazes, que só pela cara vi não serem gente de pés, estavam de entra sai em tua casa e até alto da noite, era aquela palestra...Tudo isso, digo-o francamente, que me impressionou bastante. A tua casa não prima pela seriedade – A Josefina, apenas de 11 anos, dá continuamente longas palestras á janela com certos mocinhos e não achas que é muito feio semelhante coisas? Que escândalo! Muito me admirei de não imaginares de que não poderão fazer Boa ideia de ti os transeuntes. Tonta, crê que ficas muito mal falada com tudo isso e tua filha, desmoralizada. Queres fazer a tua filha casar-se logo, e não te importas em quem, basta que seja com um moço alvo, de bela aparência de família de bem. Não consultas da sua honestidade nem das suas crenças, não procura e saber si aí tem um meio honrado de vida, um ofício, só queres saber de fazer com que se case porque está moça feita não quer saber de te ajudar. Tola criaste-a á janela, aos logradouros públicos, nos bailes e nos cinemas e queres agora te livrar dela para o flagelo do noivo? Não lhe ensinaste a ser uma Boa dona de casa, ela quase nada entende de coisinha e ainda depois possa abster-se desses trabalhos não saberá mandar fazer os. Quem não aprendeu, não sabe mandar. Deixa de loucuras, minha cara irmã, “quem semeia ventos colhe tempestades. “Não digo que não faças a minha sobrinha casar-se, porém, ensina-lhe, primeiramente a ser uma Boa dona de casa, explicando lhe todo o seu cortejo de espinhosos deveres e obrigações. Tira a da janela, põe a na cozinha, ensina-lhe a cozer, também a cozer e a engomar.[...] Cuida da educação dessa menina, fazes dela uma Boa e piedosa cristã e quando veres com critério e capacidade suficiente para tornar estado pedirás a Deus que faça com que possas discernir os bons e maus pretendentes. Gil Moreno (A CRUZ, 11/07/1915, p. 2)

Há nessa análise uma moral rígida voltada para a educação das jovens católicas e que determina o matrimônio como o ápice de um futuro promissor, ou seja, percebe-se que o sucesso de uma mãe exemplar era uma boa educação que culminaria com um bom casamento

dado as filhas, vincula-se a esse contexto um mecanismo controlador do corpo feminino pois, “ Através da figura ideal da mulher casada, a Igreja elabora papéis que disciplinam os corpos nos seus grupos familiares. A submissão do corpo será dada a partir do controle das ideias, criando assim uma nova política do corpo.” (TEDESCHI, 2008, p. 86)

Portanto, verificamos que toda manifestação da vida cotidiana de uma mãe, esposa, e dona de casa tida pelo irmão como não católica, era duramente censurada por ele, julgando-a muitas vezes como indigna da religião a qual foi doutrinada e transpassa um discurso autoritário e determinado. Segundo Foucault (1986), os discursos carregam marcas subjetivas do sujeito, portanto, os enunciados podem estar ou não explicitados, essa variação acontece de acordo com o tempo, espaço e lugares institucionais que são determinados, bem como uma combinação de regras inclusivas no âmbito do exercício do discurso:

[...] gostaria de mostrar que os "discursos", tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; (...) analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (FOUCAULT, 1986 p. 54 -55)

A prática discursiva que as narrativas históricas trazem são construídas e imbuídas de um contexto histórico e social subjetivo que é, e que transpassa ao enunciado:

A configuração do campo enunciativo compreende, também, formas de coexistência. Estas delineiam, inicialmente, um campo de presença (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos); nesse campo de presença, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; essas relações podem ser explícitas (e, por vezes, formuladas em tipos de enunciados especializados: referências, discussões críticas) ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes. (FOUCAULT, 1986, p. 63-64)

Ou seja, Foucault considera que o campo enunciativo carrega uma ordem estrutural e social, em que a mesma, estabelece relações de debates em que se é subentendido ou explanado de maneira nítida o processo argumentativo e suas intenções empregadas. A coluna *Cara Irmã* tinha por objetivo central induzir o seu público leitor feminino a seguir um estereótipo de mulher católica idealizada, assídua pela sua religião, em que eram pontuadas

todas as ações que a Igreja determinava como prejudiciais ao convívio íntimo e privado dos lares das famílias católicas, juntamente com a reafirmação da domesticidade feminina a partir de uma doutrina religiosa imposta em discursos jornalísticos, assim:

A moralidade cristã e o discurso da Igreja obrigam e limitam a mulher a ser para e através dos outros, negando-lhe a possibilidade de ser ela mesma. Ela é, portanto, confinada nesse mundo privado com marcas muito profundas, caracterizadas pela emotividade, sentimentalização, considerando-se socialmente como subalterna, haja vista que a possibilidade da criação, da geração do conhecimento pelo mundo público está ausente. (TEDESCHI, 2012, p. 87)

No transcorrer desta pesquisa também constatamos a presença de uma mulher no corpo editorial do jornal, a única até então encontrada nos exemplares analisados, a fiel católica e espanhola que assinava pelo nome de Maria de Echarri, uma correspondente internacional do jornal “*A Cruz*” que vivia na Espanha. Na edição do dia 9 de julho de 1911 é feita a apresentação de boas vindas da correspondente:

Maria de Echarri

Temos hoje a imensa satisfação de oferecer aos nossos leitores a primeira correspondência de uma brilhante e eminente escritora Católica espanhola Maria de Echarri. Teve a bondosa gentileza de aquiescer ao convite que lhe foi feito de sua valiosa cooperação prestando-se a ser correspondente efetiva dos jornais coligados ao “Centro da Boa Imprensa” assim como o é “*A Cruz*”.

Em França “*La Croix*” “*Lê Gaulois*” “*L’ Echo de Paris*” em Espanha “*La Revista Social*”, “*El Universo*”, honram-se com a colaboração de tão distinta escritora. Há pouco recebeu Maria de Echarri pessoalmente de S. S Pio uma benção << com tutta l’anima para seus trabalhos e os jornais em que ela colaborar. E’ dizer que essa benção de Pio X é extensiva á nossa humilde mas extremada “*A Cruz*.” (A CRUZ, 1911, p. 1)

Averiguamos a sua participação no conteúdo do jornal em três oportunidades, em matérias assinadas por ela, sua função era de informar os acontecimentos relacionados à realidade da Igreja no contexto europeu, um fato raro de participação, pois um cargo como este era ocupado geralmente por homens, tendo em vista que, por ser um jornal católico tradicionalista e conservador a presença da mulher era restringida no âmbito privado e longe do espaço público.

A primeira matéria escrita por Maria de Echarri tinha um conteúdo político, abordava a grave situação que a Igreja estava vivendo na Europa, em decorrência do governo transitório da Espanha do ano de 1911 que estaria almejando fazer reformas anticlericais e, como resposta da Igreja e dos fiéis, contaria com manifestações se caso fossem concretizadas. A correspondente tinha por preocupação, esclarecer ao leitor a sua visão da realidade na

Espanha em relação à Igreja Católica. Abaixo segue a primeira publicação da matéria de Maria de Echarri:

Ao iniciar minha tarefa de correspondente, na Espanha, do Centro da Boa Imprensa do Brasil, é meu dever primeiro saudar a todos aqueles que, ainda que afastados pela distância material que terras longínquas, estão intimamente unidos, porque somos filhos de uma mesma Mãe, a Igreja, e formamos a grande família católica [...]. E sendo nós irmãos, temos o dever de amarmos mutuamente, tanto mais quanto comuns nos são as alegrias e as tristezas. Para que nos conheçamos bem, dividamos as tristezas e alegrias, trabalharei com fé, com entusiasmo. Contar-vos-ei qual a situação religiosa de minha pátria, as obras formosas que crescem em seus jardins, desenvolvem-se e dão fruto. [...] A situação religiosa na Espanha é cada vez mais difícil e mais crítica assim o reconhecia Sua Santidade; por certo, quando desejava para interação geral do Apostolado da Oração os interesses religiosos da Espanha. Desde que Carralejas, arrancando a máscara hipócrita com que se havia encoberto para fazer as eleições, proclamando-se católico – começou sua campanha anticlerical não tem havido um momento de descanso nas fileiras católicas, desenvolvendo-se a luta ativa, desusada, e fatigante. Deve ele estar convencido de que, apesar de seus compromissos com os radicais, não é possível na Espanha de hoje, tocar nas Ordens Religiosas ou intentar suprimir o catecismo das escolas, sem que irrompa uma guerra civil que levaria a nação às ultimas e mais dolorosas consequências. Milhares e milhões de vozes, de um a outro extremo da nação assim o proclamaram bem alto, e é fortíssimo o triunfo dos católicos. No entanto, Carralejas não recua. [...] Agora prepara-se a lei das associações, que intenta coibir a vida das Ordens Religiosas, e chega até a implicar com o voto dos professos, coisa que ainda, em parte alguma do mundo, se tentou praticar; mas, tenham a plena certeza, essa lei não será apresentada ao parlamento como alguns jornais têm feito conhecer. Isso seria monstruoso, e, só Carralejas, cego por seu anticlericalismo infreme, assim, a levasse às câmaras, marcaria o último dia porém, os espanhóis esperam os acontecimentos, com a arma ao braço. (A CRUZ, 09/07/1911, p. 1)

Na segunda matéria escrita pela correspondente, há o relato de dois encontros católicos de magnitude que aconteceriam na Espanha: o Congresso Eucarístico de Madrid, que seria uma manifestação da fé católica com participação de bispos de vários países, elevado número de pessoas, procissão pelas ruas de Madrid com ampla ornamentação, autoridades locais conceituados, adorações e comunhões nas igrejas locais, e o Congresso Internacional da Liga Feminina, que consistia num encontro da liderança de senhoras católicas a nível internacional que teria por objetivo abordar assuntos contemporâneos da sociedade, as participantes seriam encarregadas de fazer as palestras de temas diversos:

De Espanha

O congresso Eucarístico e o das Ligas Femininas em Madrid a julgar pelos preparativos que para ele se fazem, o Congresso Eucarístico promete constituir um acontecimento notável na história das manifestações católicas, uns 150 bispos de todas as nações do mundo têm comunicado que comparecerão ao congresso, acompanhados de contingentes católicos que contarão em globo, mais de cinquenta mil pessoas!

A Comissão especialmente encarregada da hospedagem a tão numerosa comparência viu-se a princípio e, sérias dificuldades, mas felizmente foram elas sanadas graças a

Deus: milhares de famílias ofereceram gratuitamente os aposentos de que podia dispor nas próprias casas para alojar os visitantes, generosidade cavalheiresca que bem se coaduna com os verdadeiros sentimentos cristãos dos habitantes da nobre cidade de Madrid. A cada Comissão de homens corresponde uma de Senhoras – e todos se esforçam em louvável competição por conseguir-se o maior brilho para a grande festa católica. As ruas, por onde passará a procissão com o Santíssimo Sacramento, serão profusamente ornamentadas. Todos os Terceiros de Espanha foram convidados pela exma. Sra. Duquesa de la Conquista, presidente geral da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, e das associações eucarísticas. [...] Nesses mesmos dias reunir-se-á o Congresso Internacional das Ligas femininas. Essas Ligas, que abrangem os assumptos de quantas obras sociais e de piedade católica se exercitam no mundo, tem sua sede em Paris. Seu primeiro Congresso realizou-se em Bruxelas, e, ali, a exma. Sra. Marqueza de Unzá del Valle, representante de Espanha, propôs, e foi aceito, que o segundo coincidissem com o Eucarístico, em Madrid. Muitos assuntos, e de importância, vão ser tratados, a luta contra a maçonaria, a moralização das modas femininas, o combate ao mau teatro e a má imprensa, e ainda outros. Também se ocuparão os trabalhos com a questão do operariado feminino, assumpto de atualidade palpitante e dissolução complexa. A mim me caberá ocupar-me de realçar o tema sobre a luta contra a maçonaria. (A CRUZ, 06/08/1911, p. 2)

Maria de Echarri no final desta matéria convida suas leitoras brasileiras a participarem de ambos os congressos, pois assim, iriam obter e trazer conhecimentos importantes para o Brasil:

Teria muito prazer, si uníssemos algumas das minhas leitoras representar o Brasil em ambos os Congressos: não lhes haveríamos de faltar com o carinhoso afeto, como boas irmãs em Jesus Cristo, e o necessário conforto para lhes tornar agradável a permanência aqui. Poderiam adquirir conhecimentos muitos necessários e de real utilidade prática para sua querida pátria, e para todos nos seriam de grande conveniência esse fraternal consorcio e a ciência recíproca dos males que temos de combater e das instituições que devemos adoptar. Si, porém, não poderem vir, ofereço-me sinceramente para representar as associações ou coletividades que o desejarem. (A CRUZ, 06/08/1911, p. 2)

A terceira matéria da correspondente é direcionada exclusivamente para as suas leitoras brasileiras, ela comunica a existência de uma associação de mulheres católicas chamada *Damas do Sagrado Coração* que atua na defesa da religião através de protestos e da conservação dos preceitos católicos, bem como a notável influência feminina na sociedade espanhola na luta contra a imoralidade. A associação de senhoras católicas segundo Maria de Echarri:

[...] abrange todos os assuntos; combate com energia a má imprensa e auxilia a imprensa boa, proteção eficaz aos desvalidos como princípio de justiça e caridade contra as explorações de infames desalmados que só procuram a sua ruína física e moral. Agora, está empenhada uma guerra sem quartel contra a obscenidade, tendo sido a sua ação muito louvada até pela imprensa católica francesa, que apresenta a União como um modelo que é, preciso imitar. Muito já conseguiu com os teatros e os cinemas; as empresas teatrais tremem diante da possibilidade de um veredicto de imoralidade lançado pelas senhoras da União contra as peças representadas, porque

isto lhes deixa o teatro vazio. Conseguiram tudo? Isto não é possível se fazer num dia; mas alguns empresários têm-se submetido às decisões das senhoras e não representam nem ensaiam uma peça sem que antes tenha sido verificado ser ela moral. Nós, as senhoras, neste terreno temos uma força que não podemos bastantemente avaliar. [...] E, essa influência nós devemos empregá-la toda na defesa de Cristo. (A CRUZ, 23/06/1912, p. 4)

Percebe-se que a participação de Maria de Echarri no jornal “A Cruz” não se concentrava em apenas informar os acontecimentos católicos da Europa, mas em reafirmar e alertar o papel das mulheres dentro da Igreja e sua luta contra possíveis mudanças ameaçadoras a fé cristã, inclusive, ameaças que porventura, chegassem até o Brasil. Zaira Ary ao indagar a respeito do lugar das mulheres dentro da Igreja Católica constata que:

[...] o lugar social e o valor simbólico das mulheres na Igreja Católica -, creio que se pode constatar a existência de um paradoxo, a saber: de certa forma, as mulheres estão excluídas dos lugares de poder e são, portanto, aí desvalorizadas como pessoas; por outro lado, elas constituem o público mais fiel, mais assíduo e, portanto, numericamente superior em presença aos acontecimentos eclesiais. [...] as mulheres seriam caracterizadas por certo tipo de apego emocional e moral às religiões [...] pode-se constatar também uma maior participação das mulheres nas práticas rituais e pastorais propostas pela Igreja Católica. (ARY, 2000, p. 76)

A correspondente do jornal “A Cruz” se apresenta como uma exceção, pois ela representava as mulheres católicas em um jornal exclusivamente reservado aos homens. Por outro lado, devemos nos atentar que no início do século XX, o movimento feminista da Primeira Onda já se propagava por vários países europeus, ou seja:

[...] chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. (PINTO, 2009, p. 15)

No Brasil, Bertha Lutz passa a ser uma das principais representantes e militantes do movimento feminista da Primeira Onda, ela irá atuar veementemente na luta em prol da ampliação dos direitos das mulheres, como o direito a participação eleitoral por meio do voto, anos mais tarde em 1927 se torna uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino:

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo

inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2009, p. 16)

A Primeira Onda do feminismo manifestou-se de maneira significativa no Brasil já nos anos finais do século XIX e início do século XX com a liderança de Bertha Lutz, o que impulsionou setores de instituições conservadoras a agir pela preservação do modelo das suas bases estruturais, como é o caso da Igreja Católica.

2.3 Eva como modelo de comportamento feminino para todos os tempos

Também observamos durante o processo de análise dos jornais, uma grande inquietação da Igreja com relação a literaturas que circulavam na época, no caso, à leitura de livros de romances, que eram vistos como prejudiciais para as famílias católicas. Segundo a Igreja, tais livros teriam invadido a sociedade atingindo toda espécie de indivíduos e o responsável por desvirtuar e afastar, principalmente, as moças do caminho cristão, além de os definir como um inimigo implacável das famílias católicas. Segue a seguir um trecho extraído da matéria *O Romance*, publicada no dia primeiro de dezembro de 1910 em que é dito que:

O Romance

Um gênero de literatura, ultimamente tem conseguido atrair simpatias universais _ é o romance. Tendo –se tornado o livro de todas as classes e de todas as condições em toda a parte a gente o encontra: na cidade e no campo; na casa do patrão e na do operário; no palacete do rico e na água furtada do pobre; na estante do aluno e na do professor; na sala da mãe de família e no quarto da jovem donzela. Em toda a parte sempre ele: altivo dominando e cercado da mesma estima. Ao vê-lo com esta grande força expansiva, chegando a levar tão longe as raias dos seus domínios é para se pensar que ele seja deveras um gênero de literatura muito inocente e mesmo benéfico – que instrui e moraliza deleitando. Não! Seria assim se todo romance fosse bom: porém o bom romance é raro. O mau é o que se vê por toda a parte e que como tal só faz o mal. E' um tirano, um inimigo implacável da família e sobretudo da incauta donzela, de quem ele é crudelíssimo sedutor. Ah ! bem pouca gente sabe avaliar a o que seja o mau romance! Sim. Estas vendo aquela moça? Até há pouco tempo ela era um modelo de bondade, de obediência, de modéstia e de piedade. Era feliz e também era a felicidade dos seus. Mas agora já não é mais. Anda cheia de inquietações, faz mal as suas orações, já pouco vae a igreja, e as vezes nem mesmo quer falar mais de cousas de religião. Só encontra prazer nos bailes, nos jardins, nos passeios, nos divertimentos; colocando muitas vezes a sua pobre mãe em sérios apuros para satisfazer as suas exigências e os seus caprichos. E qual a causa desta mudança? As mais das vezes a leitura de um mau romance, que a seduziu e lhe roubou a paz e talvez todo o tesouro de suas virtudes [...] (A CRUZ, 01/12/1910, p. 3)

Existe nesta matéria um ataque explícito aos livros de romances, mostrando-os como o causador de diversos malefícios as famílias cristãs, e com o intuito de legitimar o poder de fala a matéria completa com analogias bíblicas clássicas. Um claro exemplo acerca disso é a narrativa de Eva no Paraíso, apresentada na matéria, em que a tentação em ler os romances se assemelha com a inquietude de Eva a pecadora, pois ela também foi tentada pelo demônio a usufruir do fruto proibido, entende-se, portanto, que os livros de romances também seria o fruto que não poderia ser colhido, cabendo aos pais e mães de família alertar e proibir suas filhas para não o lerem, pois:

Como Eva no paraíso, três tentações a desgraçaram: tentação de orgulho, de curiosidade e de sensualidade. Deus tinha proibido a Eva tocar no fruto da árvore fatídica, com declaração de que tocar naquele fruto seria uma desgraça. Mas o demônio, disfarçado pergunta a Eva: Por que Deus te proibiu este frutos? Ora és uma tola; no dia em que comeres deste fruto serás como Deus. - Minha filha, diz muitas vezes uma boa mãe. Não leias este livro ele é mau e quando menos, muito perigoso. Não te exponhas a este perigo, porque te custará muito caro a experiencia. - Após esta proibição; vem o demônio e fala a esta moça no fundo do coração ou pela boca de uma amiga: Porque tua mãe proíbe a leitura deste livro? Esta proibição não pode ser para ti. E' proibição para uma criança; porém já estás moça feita, tem já bastante juízo e não podes ser governada como ainda fosse uma menina de escola. Além disso é uma moça inteligente ... é o teu espírito não pode ficar sujeito á uma proibição que tanto prejudicaria o seu desenvolvimento. Acabamos de ouvir a voz do orgulho, ouçamos agora o da curiosidade. - Se comeres este fruto, disse o demônio a Eva, ficaria conhecendo o bem e o mal.- Uma moça sabe que tal romance é perigoso. Por mais de uma vez sua mãe ou alguém lhe assegurou isto. Porem ela ouve dentro de ti uma voz que lhe diz: Como isto? Pois uma moça da tua idade não deve conhecer tudo para melhor se guiar? Não será uma vantagem conhecer o mal para evitá-lo? E si tantas pessoas boas estão lendo este livro, por que tu também não o podes ler? Isto de fugir de tal ou tal leitura, de tal ou tal teatro, de tal ou tal divertimento, sob pretexto de perigoso é um rigor que priva uma moça de conhecer muita cousa importante para a vida pratica. Falou a curiosidade, escutemos agora a sensualidade. O fruto que se apresentara a Eva no paraíso era belo, atraente e excitava o apetite. E Eva, já vencida pelo orgulho e curiosidade; se deixa vencer ultimamente pela sensualidade. E ela colhe o fruto proibido...- O livro perigoso, que está moça tem em cima de sua mesa e também um livro cheio de encanto. O seu título é cheio de interesse; suas gravuras falam de cousas sensacionais; e todos dizem que as suas cenas são variadas e emocionantes. Ler este livro é um prazer. E a pobre moça, não podendo mais resistir a sedução, toma o insidioso livro e saí e em busca de um lugar. retirado, onde ninguém possa ser testemunha da sua imprudência. Absorvido o filtro, não tarda o delírio. O coração se agita, e a imaginação se exalta com as cenas impressionantes que passam diante do seu espírito. Começa a sentir o que nunca sentiu e dentro do seu coração acordam pensamentos e desejos que ela não conhecia até então. No meio da perturbação da sua alma uma voz lhe brada: deixa este livro. - Mas como deixar interrompido este enredo? Como não ver o seu desenlace? E com verdadeira febre ela passa entre os dedos nervosos aquelas páginas envenenadas até que soa um momento em que a infeliz chega ao fim. Mas no fim está a paixão! Está a morte de espírito e do coração! ... no fim está o criem! E eis o que ela encontrou como remate do seu orgulho, da sua curiosidade, e da sua sensualidade. Antes de ter acolhido este livro, a alma desta infeliz era um anjo de inocência; depois da leitura dele...Esperava conhecer o bem e o mal e ficou conhecendo belas cousas...Esperava gratíssimas sensações e através do prazer ela encontrou o remorso, que agora lhe enche de alma de amarguras. Ai da família onde entra o mau romance! Os pais e mães de família

que não defendem a sua casa contra este vampiro da inocência, da honra e da felicidade, do lar, não tem mais amor aos seus filhos e parecem esquecidos de que a desonra dos filhos é também a desonra do país. (A CRUZ, 01/12/1910, p. 3)

Essa concepção de trazer a figura de Eva como o modelo de pecadora perpetua a concepção do modelo feminino cristão a não ser seguido, e contempla o modelo ideal, ou seja, de Maria a mãe de Jesus, a mulher benevolente e submissa que aceitou passivamente ser a mãe do Salvador, um modelo de pensamento medieval mas que estava ainda pertinente no início do século XX.

Sendo assim, Maria assume um caráter antiético face a Eva. Com a sua obediência e fé, a mãe de Cristo trouxe a vida e a salvação ao mundo, ao contrário da sua antepassada que, supostamente, teria trazido apenas morte e desgraça a toda espécie humana. (TEDESCHI, 2008, p. 76)

Importante dizer que todo o enredo da matéria consiste em denunciar a prática da leitura de livros que não seguiam a doutrina cristã e que uma má interpretação desses livros acometeria em diversos danos a moral dessas moças, como em instigar e despertar sentimentos danosos a sua honra e conduta cristã:

- O livro perigoso, que está moça tem em cima de sua mesa e também um livro cheio de encanto. O seu título é cheio de interesse; suas gravuras falam de cousas sensacionais; e todos dizem que as suas cenas são variadas e emocionantes. Ler este livro é um prazer. E a pobre moça, não podendo mais resistir a sedução, toma o insidioso livro e sai em busca de um lugar retirado, onde ninguém possa ser testemunha da sua imprudência. Absorvido o filtro, não tarda o delírio. O coração se agita, e a imaginação se exalta com as cenas impressionantes que passam diante do seu espírito. Começa a sentir o que nunca sentiu e dentro do seu coração acordam pensamentos e desejos que ela não conhecia até então. No meio da perturbação da sua alma uma voz lhe brada: deixa este livro. - Mas como deixar interrompido este enredo? Como não ver o seu desenlace? E com verdadeira febre ela passa entre os dedos nervosos aquelas páginas envenenadas até que soa um momento em que a infeliz chega ao fim. Mas no fim está a paixão! Está a morte de espírito e do coração! ... no fim está o criem ! E eis o que ela encontrou como remate do seu orgulho, da sua curiosidade, e da sua sensualidade. Antes de ter acolhido este livro, a alma desta infeliz era um anjo de inocência; depois da leitura dele... Esperava conhecer o bem e o mal e ficou conhecendo belas cousas... Esperava gratíssimas sensações e através do prazer ela encontrou o remorso, que agora lhe enche de alma de amarguras. Ai da família onde entra o mau romance! Os pais e mães de família que não defendem a sua casa contra este vampiro da inocência, da honra e da felicidade, do lar, não tem mais amor aos seus filhos e parecem esquecidos de que a desonra dos filhos é também a desonra dos pais. (A CRUZ, 01/12/1910, p. 3)

Também encontramos um artigo intitulado *Revistas e Jornais maus*, publicado no dia 15 de janeiro de 1911, em que aborda e classifica quais leituras seriam consideradas inapropriadas para o público cristão-católico. Há nesta matéria, críticas rígidas em relação ao

acesso de jornais e revistas que pudessem corromper qualquer comportamento avesso à fé católica, com perversidades e obscenidades, em uma das partes da notícia é exigido aos fiéis que as folhas com leituras impróprias sejam rasgadas e dissipadas a circulação de tais periódicos do convívio familiar, principalmente dos filhos e da mulher:

As revistas e maus jornais dividem-se em duas classes: a dos descarados e a dos hipócritas. Os primeiros são em pequeno número, e, por muitas razões, são menos temíveis. Os segundos são inúmeros e, sob todos os conceitos, são mais funestos. Descarados: chamo assim aqueles que, ladinamente e sem reboço, manifestam o seu plano e programa de combater a Religião e bons costumes. Os tais negam Deus claramente, e perseguem sua Igreja; em Religião são ateus, em moral sensualistas, Meneurs do amor livre, em política demagogos, em economia apóstolos do socialismo. O ódio a Deus e a sociedade costumam ser as musas ocultas que inspiram seus artigos venenosos; a obscenidade e o escândalo são seus motivos e recurso oratório. Não se sabe dizer d'eles si corrompem os costumes para extraviarem as inteligências, ou si pelo contrário, pervertem as inteligências para corromperem os costumes: tal é a mistura que há neles de erros e imoralidades. Os jornais d'essa espécie não são simpáticos para ninguém por desalmado que seja; sua deformidade os faz repugnantes até para os mais perversos. [...] Rasgai, filhos do povo, a página ímpia do jornal ou revista, que voz diz o que nunca queirais ouvir dos vossos filhos e mulher. Rasgai essa folha que vos apregoa o ódio como o único sentimento digno de vosso coração. Suas doutrinas compilam-se n'esta palavra: aborrecer. (A CRUZ, 1911, p. 2)

Já em notícias relacionadas a educação leiga nas escolas da época, o impresso católico mostra a preocupação de uma educação fora dos moldes religiosos, e aponta que as mulheres seriam as mais competentes para lecionar o ensino religioso nas escolas, isto acontece pelo fato delas terem segundo a notícia, um maior compromisso com a religiosidade e moralidade cristã católica em relação aos homens:

E' portanto claro que não é exato o conceito que fez um dos pontífices do laicismo francês Poyat, de que hoje a tarefa da se reduz a ensinar as regras da higiene; porquanto se assim fosse o resultado de falta do ensino religioso não estaria produzindo tão , sensíveis males naquela republica, dando lugar a que se escrevesse no "Le Petit Meridional" um artigo propondo que se encarregassem do ensino somente as senhoras. E porque? Certamente porque si a mulher é mais apta para educar é precisamente porque sua moralidade e sua religiosidade geralmente são superior as do homem. Porque não basta para educar com paciência a doçura e o amor. E' preciso também inculcar no espírito das crianças princípios morais. (A CRUZ, 01/01/1911, p. 3)

Ainda dentro desse contexto, encontramos uma matéria intitulada *As mulheres paraguayas contra o ensino leigo*, publicada no dia dezenove de outubro de 1913, e que foi retirada de um outro jornal chamado *Jornal do Brazil*. Nessa matéria é anunciada a participação de um grupo de mulheres paraguayas católicas numa petição ao poder Legislativo do Paraguai em que o intuito principal era de que a disciplina de ensino religioso,

indispensável segundo elas para a formação da conduta moral cristã de suas/seus filhas/os, fosse inserida obrigatoriamente nos currículos das escolas leigas. A seguir o texto da notícia:

Nestes tempos irritantes impiedade quando domina em certos países um farão deslize de política -, hostil aos hábitos e as tradições, tem capital relevância noticiada em telegrama do jornal do Brasil. Segundo o despacho telegráfico, muitas senhoras paraguaias, dirigiram-se em comissão ao Congresso Nacional afim de solicitar que ao programa do ensino elementar seja incorporado o da doutrina cristã. Elas chegaram mesmo a dizer que o que pediam em termos humildes e respeitosos representava uma verdadeira necessidade pública. Semelhante petição ao poder legislativo do Paraguai é sobretudo, uma grande vitória do espírito de verdade e de justiça que anima a nossa religião não foram homens os que solicitaram a inserção, porém mulheres, organizações delicadas, esposas e mães, com o dever de educar, com a missão superior de formar caracteres, de preparar os responsáveis de amanhã. Almas religiosas, católicas, elas, para os seus, não querem outros ensinamentos morais senão aqueles que receberam e que julgam indispensáveis ao espírito do homem e a harmonia de sua conduta na sociedade. (A CRUZ, 19/10/1913, p. 2)

A matéria complementa ao final que nas sociedades civilizadas e que zelam pela honra, a exigência das mulheres na luta pelo ensino religioso nas escolas leigas é triunfante e vitoriosa aos olhos da Igreja:

E' assim que a Igreja de Jesus vai triunfando, apesar de brutalmente hostilizada, no seio da sociedade contemporânea. Seus missionários, enfrentando os perigos mais sérios penetram á sombra das florestas seculares, desbravam as zonas mais inóspitas e colhem almas para o rebanho do Senhor. Nas sociedades civilizadas, dignificadas pela honra, as mulheres pedem aos governos a incorporação da doutrina cristã aos programas do ensino elementar. Não pode haver, em verdade, vitória maior que esta, em tempos moralmente estéreis como os que vamos atravessando. (A CRUZ, 19/10/1913, p. 2).

Em uma outra notícia internacional do dia trinta de junho de 1912, constatou-se uma extrema preocupação em relação a falta do ensino da doutrina cristã nas escolas leigas italianas. Interessante observar que nesta matéria há a citação de um movimento feminista católico que luta categoricamente contra a imprensa não cristã e exige do governo a manutenção do ensino religioso nas escolas leigas para a conservação da moral católica, ao final enfatiza que o movimento feminista católico é simpático e consolador,

Itália – O movimento feminista católico italiano contra as obscenidades da imprensa anticristo e em prol do ensino religioso nas escolas, está tomando as proporções muito consoladoras de uma epopeia nacional. Ameaçada a nação italiana pelas disposições sectárias dos seus governos, da perda quase completa da fé pela ausência do ensino religioso a mulher italiana, emulando com aquelas nobilíssimas matronas que no berço do catolicismo derramavam o seu sangue por confessar a fé de Cristo, se levanta hoje unânime de Norte a Sul, e exige do governo a manutenção do ensino da doutrina cristã nas escolas. Para esse fim, as senhoras de toda a Itália Católica, pela representação dos seus respectivos Sindicatos em união com o Sindicato Geral de Roma; tem se dirigido ao governo

para lhe fazer saber que, sendo o povo católico, o ensino deve-se dar de conformidade com as suas crenças, manifestando que se oporão a qualquer tentativa em contrário. Eis aí um movimento feminista simpático e extremamente consolador. (A CRUZ, 30/06/1912, p. 3)

Essa relação da educação das/dos filhas/filhos ser de responsabilidade especialmente das mulheres se dá pelo fato da Igreja entender que o papel da mulher dentro da família é de não apenas cuidar dos afazeres domésticos e da submissão ao marido, mas também de se dedicar em formar boas/bons filhas/filhos para a sociedade, e sobretudo, dentro de uma doutrina religiosa, por isso a preocupação da Igreja em laicizar o ensino na época.

Em uma outra temática, foram analisadas quatro matérias contrárias à lei do divórcio no Brasil sendo que a primeira delas foi apresentada no jornal no dia trinta e um de dezembro de 1911, a notícia se intitula *Casamento Religioso*, encontrou-se a sua permanência no jornal em quatro edições consecutivas do jornal, em especial. A notícia em questão tinha o objetivo de esclarecer as determinações do casamento religioso, como uma contestação ao casamento civil e também alertar sobre o risco do divórcio. Vale ressaltar que esse noticiário foi redigido e orientado pelos Bispos e Arcebispos do Sul do Brasil. A seguir, nos trechos extraídos, percebemos que é explicitado alguns artigos sobre o sacramento do Matrimônio, suas regras e a condenação do divórcio diante de leis canônicas da Igreja, fosse em qualquer circunstância, o Matrimônio era indissolúvel:

235. O Matrimônio é um sacramento que Nosso Senhor Jesus Cristo instituiu para estabelecer a união santa e indissolúvel entre homem e mulher e dar-lhes a graça de se amarem mutuamente e educarem cristãmente os filhos. 236. O Matrimônio base da sociedade doméstica, cujo vínculo é indissolúvel e perpetuo, foi por Deus instituído no paraíso terrestre e por Nosso Senhor Jesus Cristo elevado a dignidade de sacramento – O divórcio é portanto, contrario á santidade do Matrimônio e como tal o condenamos. Os que atentam contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial, cometem falta grave, incorrem em penas canônicas e não podem ser absolvidos. (A CRUZ, 1911, p. 2)

As outras três matérias foram citadas no jornal “A Cruz” no ano de 1912. Na edição do dia oito de setembro de 1912, percebemos que a notícia aborda um protesto de indignação na possibilidade da aprovação da lei do divórcio, pois o argumento utilizado é de que a consumação do divórcio acarretaria inúmeras consequências negativas, como a desgraça dos lares, desonra das famílias e, principalmente, a desmoralização das mulheres. Na notícia a seguir, podemos observar claramente a postura que os fiéis deveriam ter diante dessa questão, ou seja, totalmente contrária:

Meia dúzia inconscientes, guindados, por uma alucinação do acaso, as mais altas posições sociais, nulos representantes de novo em sobressalto á consciência de uma nação inteira. [...] Dele germinará o bem-estar, a grandeza da família, ampla liberdade de costumes, o apogeu da civilização brasileira... Tartufos! [...] Quereis o divórcio, para dissolver de uma vez o vínculo conjugal, já muito abalado; e abandonais os múltiplos interesses da lavoura, a sua propaganda, os seus estímulos, que devem merecer a mais séria preocupação dos que governam o País. Quereis o divórcio, para destruir a paz e a harmonia nas famílias, dar mais largas a desbragadas paixões e desordens, deixar tantos filhos, cidadãos brasileiros, entregues á mais completa desgraça ao máximo da humilhação; arruinar e desmoralizar a mulher [...] quereis o divórcio, dizeis, porque a indissolubilidade tem não poucos inconvenientes. Dize-lo em má fé. Sabeis que esses poucos inconvenientes são convenientes reparados, fora da legislação pela separação a toro ficando a mão-vínculo, por força da legislação como a maior garantia da seriedade e madureza com que se deve fazer o contrato matrimonial. Como fonte de paz, da tranquilidade doméstica, de moralidade pública. O pequeno número dos descontentes tem de sujeitar-se aos grandes interesses da ordem social ao bem geral das famílias. [...] Vós bem o sabeis. Que quereis então? Dizei-o francamente. Quereis a corrupção da família brasileira. Mas isto é desonesto. Si continuardes na campanha ingrata, o Brasil inteiro vos amaldiçoa e vos repele. A Câmara felizmente possui brasileiros enérgicos e patriotas, que lamentam a inércia que se veem por vezes estrangidos pelos energúmenos politiqueros, e se oporão formalmente nessa campanha de corrupção e de infâmia para as nossas famílias. (A CRUZ, 08/09/1912)

Na notícia analisada do dia dezessete de novembro de 1912 acerca do divórcio foi delineada uma pesquisa popular realizada por um autor chamado Gato a qual foi aplicada com diferentes personagens da sociedade. No entanto, o trecho principal selecionado destaca a entrevista de uma mulher casada e de uma moça solteira sobre a possibilidade da aprovação da lei do divórcio, notamos que as entrevistadas se mostram totalmente avessas e indignadas, além de enfatizar ao final da matéria uma série de consequências e ameaças se a lei fosse aprovada, como a revolta de mulheres, com a participação de suas/seus filhas/filhos,

Saí noutro dia pela cidade tomando minhas notas sobre o divórcio. [...] avistei uma gentil e distinta senhorita e depois de obter a permissão para a pergunta, feita esta, ela me respondeu muito indignada? - Si eu sou contra o divórcio? Mas isso nem se pergunta, meu senhor. Pois então quando eu me casar hei de consentir meu marido se case outra vez com uma lambisgóia qualquer? E eu viva, bem viva para assistir a uma tal cena? - Tem toda a razão excelentíssima. Para assistir a uma tal comédia não vale a pena casar. Pensei também em interrogar uma senhora casada, mas estava com medo de fazer uma pergunta que poderia parecer ousada, talvez atrevida. Pensei bem e escolhi a senhora mais calma que eu conhecia. - Perdão, Excelência, si venho perturbar os seus trabalhos domésticos, mas queria saber a sua opinião sobre o divórcio. Quase desmaiei de susto com o olhar que a boa e respeitável senhora me lançou. - Pois o senhor não vê logo que eu não posso ser a favor do divórcio. Quando eu e aquele para quem vivo nos casamos, nós nos juramos amor eterno. Pode haver certos maridos hipócritas, perjuros que desejam o divórcio, mas si a lei passar, nós mulheres saímos para a rua com os nossos filhos e fazemos uma revolução... Tratei logo de me despedir e fui bater á porta de um digno pai de filhos já moços. - Sou de modo absoluto contra o divórcio e si a lei passar (elevou a voz com energia) não ficará impune aquele que se casar com minha filha e depois largá-la para se casar com outra mulher. Arreberto-lhe os miolos, está ouvindo? [...] E fiz as minhas conclusões: a moça solteira não quer: - a

senhora casada não quer e faz revolução: o chefe de família nem é bom falar. [...] (A CRUZ, 17/11/1912, p. 2)

Na última matéria analisada também do dia dezessete de 1912 cujo título é *A mulher será uma criada?* verificamos um conteúdo direcionado em conscientizar o papel alcunhado à esposa, enfatiza que a esposa não é uma criada, de acordo com os partidários ao divórcio, mas sim uma companheira e auxílio do marido, bem como, a protetora do lar doméstico, cuja função é de extrema honra e importância:

Os partidários do divórcio imaginam que uma esposa é uma criada que se recebe em casa quando de se quer, e também se despede logo que se vê que não agrada. Não, a esposa não é uma criada. Conforme os ensinamentos da Igreja é a companheira de vida do marido, o seu auxílio igual a ele, o anjo do lar doméstico. E si o marido representa na família a autoridade de Deus, a esposa representa a bondade: o marido é a cabeça, a esposa é o coração da mesma entidade social que é a família. Naquela concepção da família a única verdadeira, a única digna da humanidade haverá lugar para a concepção de uma esposa escrava, propriedade do homem, ou simplesmente criada? Não! [...] Querem voltar ao paganismo com o seu divórcio?... E eles falam de progresso?! ... [...] Será a honra da Igreja Católica de ter restituído á mulher o seu apanágio de pudor e de dignidade, e a esposa os seus direitos ao respeito e amparo do marido. Será a honra da Igreja Católica de lembrar a todos os homens a sua sublime dignidade e nobreza que vêm da origem divina dos seus destinos eternos. (A CRUZ, 17/11/1912, p. 2)

Assim, entendemos que os debates em torno do divórcio já eram pertinentes e ativos na sociedade cuiabana do início do século XX, o Jornal “*A Cruz*”, por sua vez, combatia categoricamente os apoiadores ao divórcio através de matérias que pudessem conscientizar o seu público de leitores, e que indiscutivelmente:

A proposta da indissolubilidade tornada oficial pela Igreja garante o interesse do Cristianismo em limitar o comportamento dos seguidores, entre os quais o abuso dos prazeres sensuais. Para a Igreja o matrimônio funda uma família cristã, na qual a moralidade da mulher em relação à do homem é muito mais vigiada. A cerimônia estabelece à mulher o dever de amar, respeitar e obedecer ao marido e, além disso, concede-lhe a responsabilidade da maternidade, da formação dos filhos na fé cristã e a administração da casa. (BRANDOLT, 2013, p. 43)

É importante que se diga que a partir de 1916 havia a possibilidade de desquite que era o termo designado pelo Código Civil de 1916 que dissolvia a sociedade conjugal e a separação de bens, mas protegia a indissolubilidade do vínculo conjugal. O divórcio é definido como a dissolução do casamento, ou seja, a separação do casal, que confere o direito a outro casamento civil. A Emenda Constitucional número 9 de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a lei 6515/77 o regulamentou, de acordo com o artigo 2º para que haja o término da sociedade conjugal é necessário:

[...] I - pela morte de um dos cônjuges; II - pela nulidade ou anulação do casamento; III - pela separação judicial; IV - pelo divórcio. Parágrafo único - O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio. (BRASIL, 1977, art 2º)

Durante a execução dessa pesquisa também houve à compilação de uma carta pastoral da autoria de um religioso denominado D. Cyrillo de P. Freitas. Esta carta relatava a necessidade da religião na vida moral do ser humano, sendo essencial para a felicidade no casamento e na constituição digna das famílias, além de reafirmar o papel definido entre o homem e a mulher dentro do espaço doméstico. Desta forma, o homem é encabeçado como o rei e a autoridade, já a mulher representava a bondade e a misericórdia divina, porém, cabia a mulher a incumbência de zelar pela fé nos lares cristão, pois é citado ao final da notícia que se caso a mulher renunciasse a religião se tornaria egoísta, perversa e desprovida de recato e de pudor:

[...] o casamento deixa de ser uma união de dois corações presos por ternos e santos afetos para ser uma mercancia, onde cada um dos esposos só tem em vista os bens temporais, e nada mais. O dinheiro, é só o dinheiro, eis o único vinculo que une estes esposos. Ora quando a família se constitui deste modo, ninguém espera encontrar nela a solicitude do pai, a dedicação da mãe e a obediência dos filhos. Tão grandes bens não podem ser os frutos de uma árvore, em cujos tecidos não circula a seiva da religião. Segundo a religião, o pai, dentro do lar doméstico, é sacerdote profeta e rei. Sacerdote para oferecer, unido com sua família, as orações e os votos de sua mulher e de seus filhos; profeta, para com sua experiência do passado e do presente, prever o futuro e descobri-lo a sua família; rei, para governar e guiar os seus para o céu. Mas sem a religião o pai não é nada disto. Não é sacerdote, porque ele não ora; não é profeta porque não crendo em nada, não pode compreender o sentido dos feitos divinos e humanos; não é rei porque não sabendo donde vem nem para onde vai como poderá governar e guiar? Segundo a religião, a mulher na família representa a bondade e a misericórdia de Deus; do mesmo modo que o homem representa a sua autoridade. Ora, se a mulher desconhecer ou renunciar a religião, o seu coração, bem longe de respirar bondade e misericórdia só deixará sentir o egoísmo e as mais das vezes a perversidade. Despreocupado do recato e do pudor, o prazer e o i...teresse serão o único objeto de seus pensamentos.(A CRUZ, 11/08/1912, p. 1)

Assim sendo, em conformidade com a matéria se percebe que as/os filhas/filhos que vivem em uma família em que os seus pais não seguem princípios religiosos serão desprovidos dos seus deveres, de respeito e obediência, portanto, é concluído ao final da carta que a religião a base para a existência da família :

Mas em um lar onde o pai e a mãe são o que acabamos de ver, os filhos serão o que podem ser. Não conhecendo o temor nem o respeito, não vendo em seus pais nenhum caráter sagrado, se mostrarão, desde muito cedo, inteiramente independentes. Para eles não haverá dever, nem respeito, nem obediência. É em tais disposições, se atirando no mar da vida, sem outro guia que o capricho, qual navio

sem leme, batido pela tempestade caminharão para um naufrágio certo. E forçoso, portanto, concluir que sem a religião a família não pode subsistir. (A CRUZ, 11/08/1912, p. 1)

Em síntese, buscamos no decorrer desse capítulo apresentar uma pequena parcela das notícias e matérias que continham representações femininas por meio do periódico católico mato-grossense “*A Cruz*”, que circulou na sociedade cuiabana durante os primeiros anos do século XX até aproximadamente a década de 1950. Estas representações intencionavam manter os papéis para homens e mulheres em um momento histórico em que a história dos gêneros se movia para várias direções. Discutir estas representações permite perceber como as oposições binárias entre homens e mulheres foram naturalizadas e por muito tempo ainda construía por dentro destas relações, as desigualdades de gênero. Estas desigualdades trouxeram inúmeras situações conflituosas e ainda pertinentes em pleno século XXI, pois mantiveram as mulheres na condição de subalternidade recebendo salários inferiores, com a exclusividade da maternidade e educação dos filhos, além das muitas formas de sofrimentos e exclusões como a violência física, simbólica, patrimonial e psicológica praticada contra as mulheres, modelos fundados em um patriarcalismo consolidado e que vem sendo combatido por movimento de mulheres que desejam a equidade de gênero.

3 ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “A CRUZ”

Trazer novas propostas metodológicas para o ensino de História é sem dúvida uma tarefa que desafia a docência, principalmente na educação básica, já que, encontramos muitas vezes, empecilhos que contribuem para que as aulas de história se tornem repetitivas, maçantes e menos interessantes para as/os alunas/alunos. O trabalho do/da professor/a de história não se resume em apenas transmitir uma série de acontecimentos e fatos do passado imutáveis para o presente, é necessário ir além, promover uma consciência história, pois, “o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo. (WHITE, 2014, p. 53).

As transformações no campo dos estudos históricos tornaram a disciplina de História um ambiente de total desafio, é preciso identificar qual o sentido que a história tem para a sociedade contemporânea e, também o que ela desperta nos indivíduos. Percebemos que é importante mostrar que a história faz presente não apenas nas continuidades, mas também naquilo que se rompeu ou que não permaneceu, ou seja:

O historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino. (WHITE, 2014, p. 63)

Ao seguir esse campo de análise, observamos que nos estudos do ensino de história é comum nos depararmos com a seguinte indagação: qual o método mais adequado para a aprendizagem do conhecimento histórico? A autora Circe Bittencourt (2008), na sua obra *Ensino de história: fundamentos e métodos*, menciona o seguinte:

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e aos sujeitos que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOURT, 2008, p. 183)

Para tanto, é importante que o conhecimento histórico aplicado esteja interligado as vivências de mundo dos alunos e das alunas, propor um ensino de História vago sem procedimentos metodológicos eficazes que não consiga despertar o interesse em se estudar a História é caminhar para o abismo. Desta forma, a prática docente deve ser auto avaliada em

um processo contínuo pois, ensinar História ultrapassa todas as barreiras étnicas, sociais, políticas e culturais e, para que isso aconteça, é imprescindível a inserção de mecanismos que impulsionem as transformações necessárias a construção da cidadania, do pensamento crítico - reflexivo e da formação da consciência histórica nos espaços escolares.

3.1 História do ensino de história: uma breve análise

Com o passar do séculos, o ensino de história incorporou novos métodos, conteúdos e perspectivas de análise, houve uma reformulação e inovação, tanto nas universidades quanto nas escolas, isso porque a história ensinada e estudada no Brasil era totalmente direcionada para uma visão eurocêntrica, as temáticas nacionais eram praticamente nulas e o conhecimento pautado em apresentar biografias e grandes feitos de heróis. De acordo com Elza Nadai (1993), percebemos que:

A história inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas. (NADAI, 1993, p. 146)

Vale ressaltar que, a partir do início do século XX tivemos mudanças significativas no sistema de ensino da educação brasileira, o que contribuiu para o processo de implementação da disciplina de história nos currículos escolares, isso se dá, inicialmente, com o movimento nacionalista, que cresceu logo após a Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, houve as reformas que “promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente, como disciplina e escolar. (FONSECA, 2011, p. 52). Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca (2011), será a partir desse momento que os programas curriculares serão implementados e estruturados, além de definir as diretrizes de como a disciplina deveria ser aplicada. Para a autora duas reformas governamentais irão contribuir para esse processo:

A Reforma Francisco Campos, de 1931, promoveu a centralização no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública e definiu programas e instruções sobre métodos de ensino. [...] A Reforma Gustavo Capanema, de 1942, restabeleceu a História do Brasil como disciplina autônoma e confirmou como seu objetivo fundamental a formação moral e patriótica. (FONSECA, 2011, p. 53)

Assim, observamos que a proposta dos programas de ensino de História era a disciplina responsável por formar moral e patrioticamente os indivíduos, como também despertar o civismo e a exaltação dos grandes feitos. A partir dos anos de 1950 percebemos que o ensino de História contou com pequenos avanços, pois trouxe uma,

renovação, direcionada para o aprofundamento dos fundamentos científicos e do papel formador – crítico da disciplina[...] Apesar da superação de simples memória ou registro objetivo e imparcial, o conteúdo ainda era direcionado para um discurso explicador, unívoco, generalista, totalizador e europocentrista. (NADAI, 1993, p. 155)

Nos anos de 1960, especificamente com o golpe militar de 1964, observamos que o método de ensino não sofreu mudanças bruscas, conservou o tradicionalismo e “ as diretrizes norteadoras dessa concepção de História permaneceram na formação de milhares de jovens, enfatizando-se os fatos políticos e as biografias dos ‘brasileiros célebres’, entre os quais agora figuravam os personagens do novo regime” (FONSECA, 2011, p. 56). Nesse momento o governo militar controlava e agia coercitivamente sobre o ensino de História nas escolas e universidades, além de fazer a junção da disciplina de Geografia com a de História, o que configurou no chamado Estudos Sociais, aplicado no currículo do então primeiro grau. Nesse período houve a separação dos segmentos das escolas secundárias em dois níveis de ensino, que ocorreu “A partir da criação da Lei 5.692/71, o secundário descaracterizou-se, dividindo-se em dois níveis, com o ginásial tornando-se em uma continuidade do ensino primário – primeiro de oito anos – e o colegial transformando-se em um confuso curso profissionalizante, denominado segundo grau. (BITTENCOURT, 2008, p. 83)

Apesar do comportamento de coerção, a falta de liberdade de expressão e da censura, mecanismos os quais foram aplicados às escolas brasileiras secundárias durante o período em que os militares estiveram no poder da esfera federal, a produção histórica nas universidades “foi se renovando com o emprego da dialética marxista como método de abordagem [...]. Nos anos setenta, a busca de novos temas se acentuou com a incorporação de estudos sobre a classe trabalhadora”. (NADAI, 1993, 2008, p. 157)

Com o fim da Ditadura Civil Militar e, conseqüentemente com o processo de redemocratização que ocorreu durante a década de 1980, culminando na promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988, foi possível a inserção de importantes mudanças nos programas curriculares do Brasil, foi entendido que havia a necessidade de trazer novas

tendências metodológicas e uma nova linguagem para o ensino de história, isso colaborou para que:

[...] tal situação foi aproveitada por importantes editoras do país e muitas coleções destinadas ao ensino fundamental – sobretudo de 5ª a 8ª séries – foram lançadas. [...] Exemplo disso foram os livros que passaram a ter uma linguagem mais “materialista”, um enfoque que acentuava os fatores econômicos sem, no entanto, abandonar suas inspirações historiográficas tradicionais e suas metodologias baseadas em resumos, questionários, sinopses cronológicas etc. (FONSECA, 2011, p. 65)

Em meados dos anos de 1990, tivemos um processo em que a historiografia brasileira caminhou para um processo inovador, a partir da influência de uma nova corrente historiográfica francesa, a “nova história”, o que contribuiu para uma maior flexibilidade e liberdade tanto para os professores quanto para os autores dos livros didáticos. Nesse período o ideal era de que houvesse uma inovação no ensino de História e que “os programas curriculares e os livros didáticos incorporassem as tendências da historiografia contemporânea, como foi o caso da história das mentalidades e da história do cotidiano[...] (FONSECA, 2011, p. 66). O currículo brasileiro seguiu um modelo estrangeiro, principalmente o modelo francês para o ensino de História, além do mais, se ajustava as mudanças políticas e econômicas vigentes na época. Com o final da bipolarização instaurada pela Guerra Fria, os programas curriculares incluíram a ótica do capitalismo neoliberal e da competitividade do mercado comandado pelos países desenvolvidos, agora, organizados dentro da “nova ordem mundial”:

Para esse modelo capitalista criou-se uma “sociedade do conhecimento”, que exige, além de habilidades intelectuais mais completas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema de meios de comunicação e de se organizar mais autônoma, individualizada e competitivamente nas relações de trabalho. (BITTENCOURT, 2008, p. 102)

Com a redemocratização brasileira iniciada nos anos de 1980 e, posteriormente, consolidada na década de 1990, os programas curriculares foram todos reformulados, assim, as ideias de inovação educacional e de ensino estavam alinhadas ao novo cenário político, postulou-se agregar reivindicações populares, principalmente, com relação à formação política e da participação dos setores sociais, porém, “, introduziram-se, nas diversas propostas que estavam sendo elaboradas, também os projetos vinculados aos das políticas liberais, voltadas para os interesses internacionais”. (BITTENCOURT, 2008, p. 103). Portanto, percebemos que os currículos sofreram a influência das correntes historiográficas

que emergiram nesse período, as novas tendências foram incorporadas a uma produção editorial, sobretudo, a história das mentalidades e a história do cotidiano, isso colaborou para que houvesse quebra de paradigmas no ensino de História. Como resultado a esse processo, tivemos um crescimento editorial considerável e diversificado à disposição do/a professor/a juntamente com os critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), um programa do governo federal, que avalia e distribui gratuitamente livros didáticos aos/as alunos/as do ensino fundamental e médio das escolas públicas, em linhas gerais entendemos que:

A existência de um sistema de avaliação do livro didático a nível nacional e a vinculação das compras do governo a esta avaliação estimularam a produção editorial, tanto no que diz respeito à busca de melhor qualidade nas produções, quando ao aumento das tiragens e volumes de vendas dos títulos aprovados pelo PLND. (FONSECA, 2011, p. 67)

Em consonância a esse contexto, convém mencionar que a atual Lei de Diretrizes e Bases Curriculares (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as leis e as normatizações para a educação básica em todos os seus níveis e na educação superior. O texto da LDB foi fundamentado nas determinações da Constituição Federal de 1988, em que é citado que a educação é um direito de todos/as. Ao analisar o texto da LDB, identificamos que no artigo 27 está estabelecido as diretrizes curriculares da educação básica em que se deve incluir, dentre outros, valores essenciais para a formação social dos cidadãos como, seus direitos, deveres e orientação para o trabalho. Segue o artigo.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1996)

No que diz respeito ao ensino da educação básica, a LDB determina de acordo com o art. 26, reformulado através da Lei nº12.793, de 2013, que os currículos dos níveis infantil, fundamental e médio deverão seguir regras com base comum e deverá agregar as especificidades necessárias a realidade de cada escola. Segue o artigo:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Também se encontra nesse artigo um parágrafo sobre os conteúdos que o ensino de História deve incluir na sua base, no caso, os principais povos que contribuíram etnicamente e culturalmente para a formação do povo brasileiro, cita-se “ § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (BRASIL, 1996)

Outro ponto relevante no art. 26 foi a inserção da Lei nº 11.645, de 2008, que trouxe a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas nos níveis fundamental e médio, a partir de um conteúdo programático que tenha em sua abrangência esses dois grupos étnicos em sua história e cultura. Além do mais, os conteúdos pertinentes a história da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas deverão ser ministrados em todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de educação artística, literatura e histórias brasileiras.

Já dentro da análise de contribuições que acabaram por influenciar as novas propostas curriculares, produção de livros didáticos e paradidáticos dentro do ensino de História, temos a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano implementados em 1997 e 1998 respectivamente e, para o ensino médio, no ano 2000. Esse novo documento aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) aborda um viés metodológico construtivista e piagetiano e não torna obrigatório as suas diretrizes, e sim norteador, suas diretrizes estabelece que:

A orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é “acabado”, o que se propõe é uma visão da complexidade e da provisoriade do conhecimento. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 33)

Os PCNs foram organizados e divididos em ciclos, áreas do conhecimento e nos chamados Temas Transversais, sendo estes: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, além desses, outros temas transversais também podem ser incorporados, de acordo com a demanda da realidade social de cada escola e localidade. Essa proposta curricular conseguiu trazer novas temáticas para a organização do conhecimento

escolar, em específico para a disciplina de História, com relação a abordagem dos conteúdos históricos e seus métodos de aplicabilidade se observa que:

Nesse sentido, propõe-se, para o ensino de História, conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, ultrapassando explicações organizadas a partir unicamente de informações obtidas no presente e a partir unicamente de dados parciais. Propõe-se, assim, que os alunos conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes (com alguns interesses comuns e outros diferentes), de uma multiplicidade de acontecimentos (econômicos, sociais, políticos, culturais, científicos, filosóficos) e de uma multiplicidade de legados históricos (contínuos e descontínuos no tempo). (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 53)

Assim sendo, os PCNs conseguem de certa forma incorporar elementos importantes para o ensino de história, principalmente, no que diz respeito as possibilidades metodológicas diferenciadas ligadas a prática docente, instigando o/a aluno/a buscar por uma maior autossuficiência, que também consiga fazê-lo/a participante e ativo, “por meio de rotinas, atividades e práticas, os ensine como dominar procedimentos que envolvam questionamentos, reflexões, análises, pesquisas, interpretações, comparações, confrontamentos e organização de conteúdos históricos.” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 54) o que colabora para que os/as professores/as tenham mais autonomia em sala de aula pois, por meio desse processo é possível inserir ao conteúdo trabalhado situações mais próximas a realidade escolar, bem como de contribuir para um aprendizado escolar mais amplo e inteligível.

Recentemente, foi aprovada a nova normatização curricular do governo federal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As discussões iniciaram em 2015 e, somente em 2018, seu texto final foi homologado. Dentro da BNCC está definido todos os conhecimentos das etapas de aprendizagens que devem ser executadas pelas escolas públicas e privadas de todo o território brasileiro. Novas abordagens temáticas e metodológicas foram elaboradas nesse documento, o foco principal é de que os/os alunos/alunas se tornem os novos protagonistas da sala de aula e consigam desenvolver novas competências e habilidades, bem como o desenvolvimento, ético crítico e reflexivo. Na Área de Ciências Humanas que inclui História e Geografia, as competências específicas foram definidas de acordo com os níveis de ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental o texto sobre o ensino de história diz o seguinte:

A BNCC de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação

dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social. (BASE NACIONAL CURRICULAR, 2018)

Isso demonstra que a história ensinada nos anos iniciais deve contemplar abordagens de aprendizagens relacionadas a percepção do “Eu, do “Outro” e de “Nós”, fazer com que a criança conheça a si própria, o local de vivência e se sinta pertencente a um meio social. Já nos anos finais do ensino fundamental a preocupação é de desenvolver variadas habilidades e formas de aprendizagens para que se tenha um entendimento mais amplo dos eventos históricos, desta forma, entende-se que:

[...] no Ensino Fundamental – Anos Finais a dimensão espacial e temporal vincula-se à **mobilidade das populações** e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de habilidades com um maior número de variáveis, tais como contextualização, comparação, interpretação e proposição de soluções. (BASE NACIONAL CURRICULAR, 2018)

E por fim, no ensino médio a disciplina de História se encontra na Área de Ciências Humanas e Aplicadas, composta pelas disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, o intuito é de que se tenha ao longo dos três anos,

[...]a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética [...] a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BASE NACIONAL CURRICULAR, 2018)

Com maior poder de abstração e percepção diante dos fatos e do meio social que vivem, os/as jovens no ensino médio podem desenvolver habilidades intelectuais que lhes permitem articular uma porcentagem significativa de informações, além da análise crítica e do domínio dos processos e das linguagens. A partir dessa capacidade cognitiva é possível fazer com que os estudantes identifiquem elementos específicos da História e da Geografia como “temporalidade, espacialidade, ambiente e diversidade [...], modos de organização da sociedade e relações de produção, trabalho e poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo”. (BASE NACIONAL CURRICULAR, 2018). Portanto, a BNCC em linhas gerais, aponta que a disciplina de História é encarregada de não apenas transmitir conhecimentos históricos do passado, mas também de promover a criticidade do/a aluno/a da sua formação ética e social

sem deixar de lado o compromisso educativo e pedagógico que contemple o seu protagonismo diante do meio que vive e, conseqüentemente, uma educação integral que auxilie efetivamente no seu projeto de vida.

Buscamos no decorrer dessa concisa análise da história do ensino de história no Brasil apresentar as nuances e as perspectivas metodológicas que foram se renovando e inovando ao longo dos séculos, ainda que encontramos retrocessos nos currículos da atualidade vemos o quanto é importante a busca pelo conhecimento histórico, tanto nas universidades quanto na educação básica de ensino, o que podemos considerar que a História se torna cada vez mais indispensável para o presente e para as gerações futuras.

3. 2 Gênero e educação, uma visão a partir dos livros didáticos

É possível dizer que, a visibilidade que se dá a História das Mulheres e das Relações de Gênero nos livros didáticos de história atuais do ensino fundamental e médio, principalmente da última década, ainda que não disponha de grandes destaques já se encontra em algumas abordagens dentro dos conteúdos sistematizados. No entanto, essas abordagens são irrisórias, em vista da marginalização que as mulheres sofreram ao longo da história. Vale lembrar, que a concepção de se estudar a história das mulheres e a sua visibilidade como sujeito histórico no campo historiográfico advém das novas categorias de análises propostas pela História Nova ou História Social. Nas décadas de 1970 e 1980, a inserção das temáticas História da Mulheres e estudos de gênero conseguem ganhar força e destaque, isso tudo em virtude de mobilizações que partiram das próprias mulheres, sendo estas

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. (RAGO, 1998, p. 13)

Percebemos que a inserção de mulheres nas universidades favoreceu efetivamente para que temáticas relacionadas à sua participação social nos processos históricos se tornassem objetos de pesquisa. Durante o século XX e início do XXI, tivemos pesquisas relevantes que contribuíram para que mudanças e transformações acontecessem, assim, “partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras”.

(RAGO, 1998, p. 14). Esta tem sido uma tarefa árdua e contínua de muitas/os pesquisadoras/es que não se cansam de lutar para dar voz ao que foi silenciado ao longo da História. Novos conceitos foram incorporados, principalmente, na categoria gênero, já discutido nesse trabalho, mas que vale dizer, pois dentro de uma construção social dos gêneros masculinos e femininos, que até então era vista apenas como diferenças biológicas e binárias a partir do sexo, é vista, portanto, como uma categoria relacional (SCOTT, 1993). Guacira Lopes Louro também vai dizer que:

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 3)

Consideramos que haja a desconstrução do aspecto binário masculino – feminino, pois,

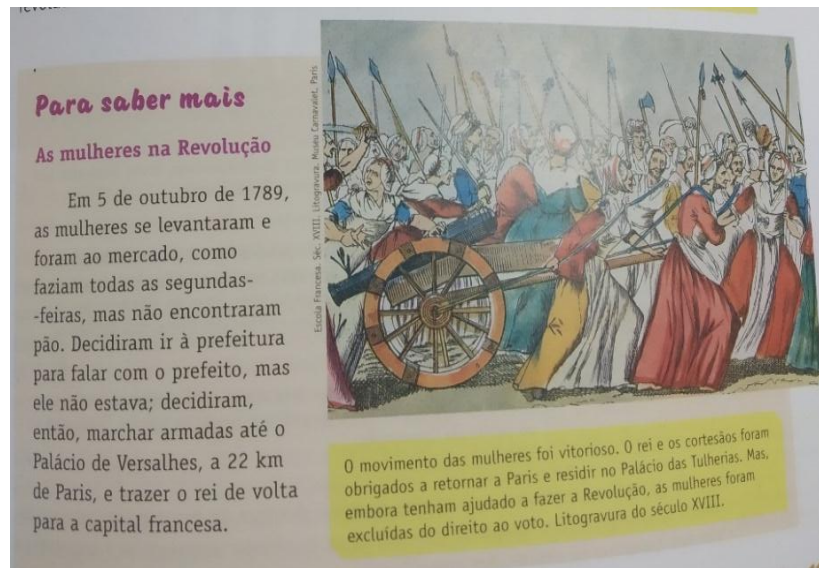
“[...] problematizando a constituição de cada pólo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada pólo não é uno, mas plural, mostrando que cada pólo é, internamente, fraturado e dividido — pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento”. (LOURO, 2007, p. 31)

Relaciona-se a esse contexto de mudanças a necessidade de incluir a história das mulheres e dos estudos de gênero na educação básica, contudo, encontramos alguns avanços e muitos retrocessos na tentativa de levar as pesquisas acadêmicas para a prática escolar, pois, valores fundamentados em uma sociedade patriarcal e que estão solidificados nas estruturas institucionais normatizaram papéis relativos aos homens e às mulheres, criou-se uma sociedade enquadrada na heteronormatividade. Dizemos que o controle dos corpos na ótica foucaultiana passa por uma relação de poder e dominação, ou seja, de que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”. (FOUCAULT, 1987, p. 29). Essa relação de poder está presente na escola e nas suas práticas ou relações de poder, ou seja, “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas”. (LOURO, 2007, p. 58)

Assim sendo, a necessidade de desconstruir tabus relacionados a temáticas que abordem feminismo, sexualidade, identidade de gênero, entre outras, que são indispensáveis para a construção das relações de gênero caminha a passos lentos dentro das escolas brasileiras. Um exemplo acerca desse assunto, é a retirada da palavra gênero da Base Nacional Comum Curricular, o que torna opcional a sua inserção dentro das práticas pedagógicas e metodológicas. Por outro lado, nos PCNs, o tema Transversal denominado Orientação Sexual, elenca que “A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 34). A orientação pedagógica dos PCNs é de que a/o professora/r utilize os temas transversais de maneira interdisciplinar e que recorra a metodologias diversificadas que possam englobá-los ao conteúdo programático de cada disciplina. Contudo, a construção das relações de gênero são evidentes nos espaços escolares, e entender como opcional o seu trabalho, faz com que a educação não consiga contemplar amplamente discussões sociais importantes da contemporaneidade.

Como contribuição relevante para a discussão, propusemos a análise da representação das mulheres no livro didático, seja por meio de imagens ou textos que retratassem contextos em que elas aparecessem como destaque. O livro didático selecionado para a análise correspondente à disciplina de História do 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental anos finais, do autor Alfredo Boulos Júnior, da coleção História & cidadania, edição do ano de 2015, ainda não adequado a BNCC. Convém observar que os livros didáticos não costumam dar maior ênfase no que diz respeito às temáticas em torno da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Porém, o livro em questão rompe com determinados padrões normativos e naturalizados ao sexo feminino. A primeira imagem se encontra no livro do 8º Ano, quando se inicia o conteúdo programático sobre “A Revolução Francesa”, importante entender que a imagem se encontra em uma sessão extra do capítulo chamada “*Para Saber mais*”, intitulado “*As mulheres na Revolução*”(p. 117), em que mostra a participação efetiva das mulheres francesas no processo revolucionário, o que denota a visibilidade feminina em um contexto histórico que pouco ressaltava a representatividade de mulheres em movimentos políticos e sociais (Cf. Figura 3).

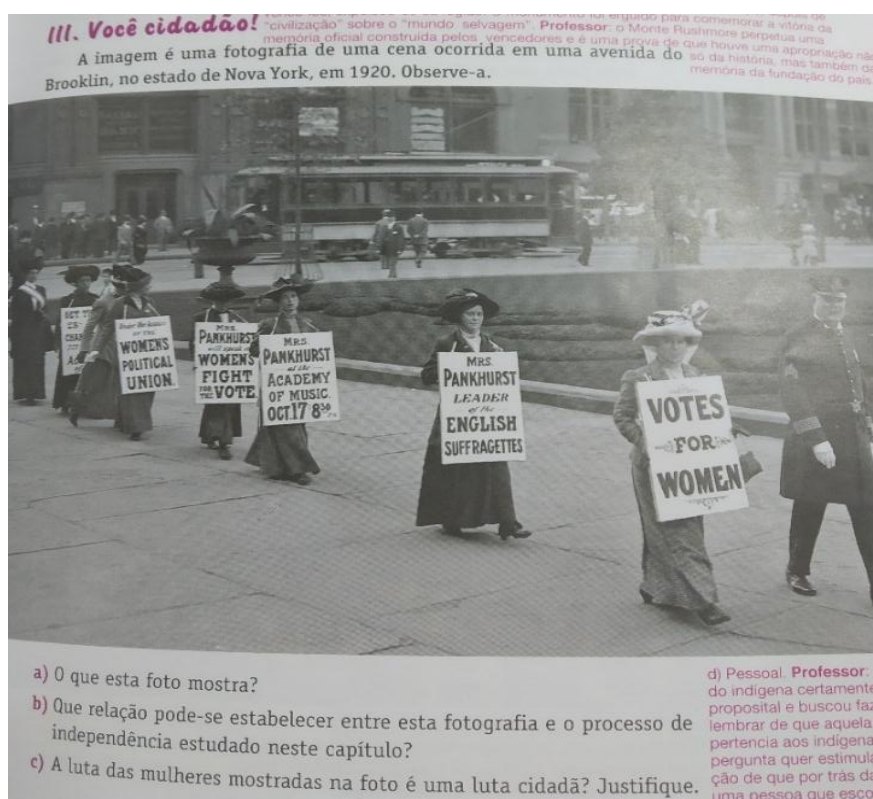
Figura 3: As mulheres na Revolução Francesa



Fonte: BOULOS, Júnior Alfredo. *História sociedade & cidadania*, 6º ao 9º Ano - Ensino Fundamental II. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015, p 217.

Ainda no livro do 8º Ano, a segunda imagem que se encontra no capítulo 5 (p. 107), aborda dois temas clássicos da História, o Iluminismo e a Formação dos Estados Unidos. A partir da observação da imagem que está na sessão de atividades que tem por título: *Você Cidadão*, é possível identificar uma questão de grande relevância dentro do movimento feminista e de mulheres ao longo da história, que foi o direito da mulher ao voto, uma das exigências da primeira onda do feminismo, ou seja, demonstra a reivindicação do sufrágio feminino presente em movimentos sociais do início do século XX. Compreende-se que, a intenção do exercício foi de discutir e refletir o exercício da cidadania através do voto, fazendo assim um aporte entre a Independência dos Estados Unidos e à luta das ativistas nova-iorquinas dos anos de 1920.

Figura 4: Mulheres nova-iorquinas lutando pelo direito ao voto em 1920.



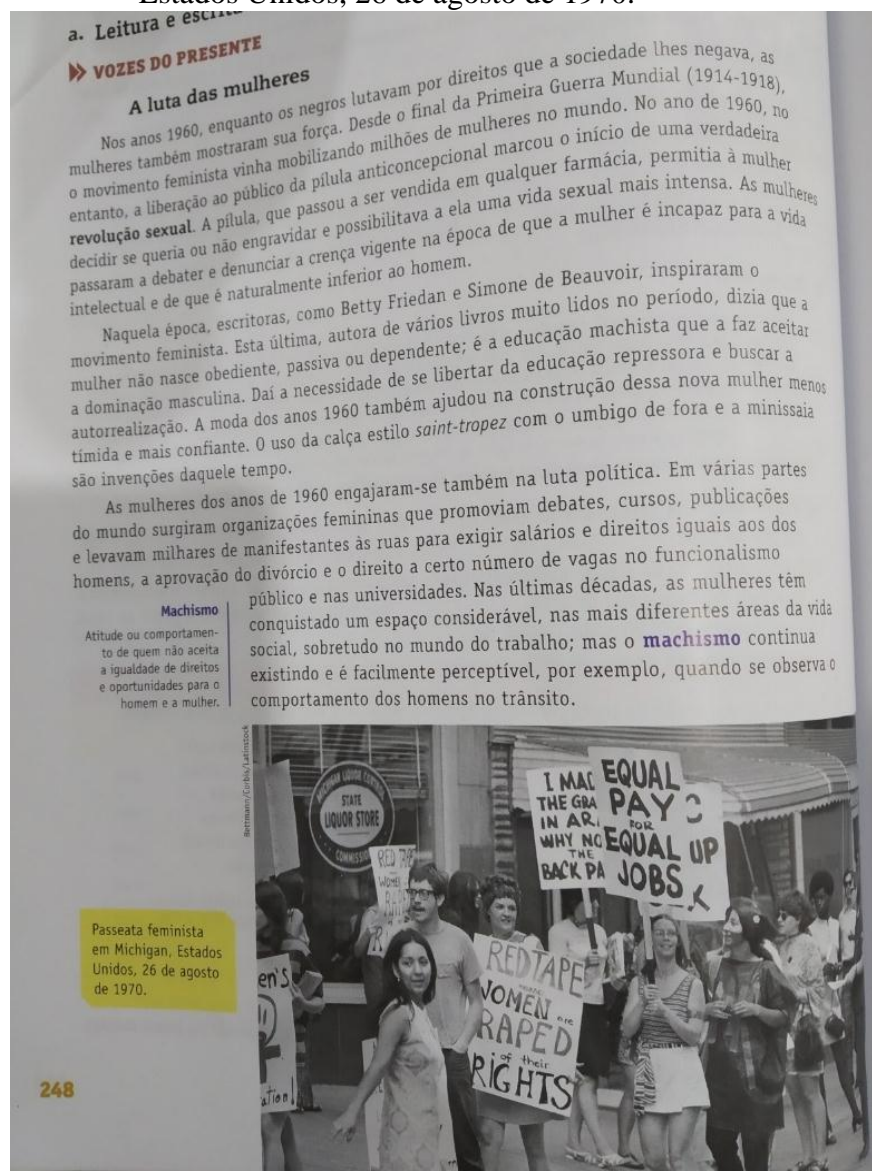
Fonte: BOULOS, Júnior Alfredo. *História sociedade & cidadania*, 6º ao 9º Ano - Ensino Fundamental II. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015, p 107.

Por fim, a terceira imagem se encontra no livro do 9º Ano (p. 248), no conteúdo que aborda o período da Ditadura Civil Militar do Brasil, e está organizado como complemento de leitura e atividades de interpretação de texto, cujo título é “*A luta das mulheres*”. O texto é bastante elucidativo e didático, pois, aborda o movimento feminista dos anos de 1960 e suas lutas e reivindicações da época, além de citar autoras precursoras dos estudos feministas como Betty Friedan e Simone de Beauvoir. O texto também conceitua o termo machismo e salienta ao final que ele ainda permanece na sociedade atual. A fotografia apresenta mulheres participando de uma passeata feminista nos Estados Unidos, no ano de 1970, carregam cartazes e placas exigindo seus direitos, além de trajarem roupas “ousadas” para a época, no caso, as *minissaias*, numa forma clara de chamar a atenção para o movimento.

O desenvolvimento dessa atividade está voltado para que os alunos e alunas compreendam a luta das mulheres por igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como, as transformações sociais mundiais que ocorriam na sociedade, além da importância da conscientização no ambiente escolar acerca da desconstrução do machismo e das lutas das mulheres por acesso aos direitos civis, políticos e sociais. É uma oportunidade para o professor trabalhar a temática das relações de gênero e representação feminina na sala de aula,

ampliando o debate, instigando seus alunos a buscar informações em outras fontes, que não apenas o livro didático.

Figura 5: Texto sobre a luta das mulheres e imagem da passeata em Michigan, Estados Unidos, 26 de agosto de 1970.



Fonte: BOULOS, Júnior Alfredo. *História sociedade & cidadania*, 6º ao 9º Ano - Ensino Fundamental II. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015, p. 248.

Diante do exposto, é notável perceber que os livros didáticos ainda tratam a História das Mulheres como complemento dos conteúdos selecionados, percebemos que as mulheres só ganham destaque em algum momento ou outro da história, não vemos uma visibilidade contínua em todas as abordagens temáticas das duas unidades analisadas dessa coleção. Devemos considerar que as mulheres participaram dos eventos passados de forma efetiva e

não subalterna, por isso, tão imprescindível desvelar os motivos que permitiram a omissão de suas vozes.

O estudo das relações de gênero ganhou força nas últimas décadas, principalmente, com a ampliação de linhas de pesquisas nas universidades, mas, na educação básica observamos que não se tornou até o momento um componente curricular obrigatório, porém, não se torna impossível incluí-lo no processo de ensino-aprendizagem, em especial, na disciplina de História. Para tanto, quando se trabalha com essas questões em sala de aula, é importante que a/o professora/r insira mecanismos metodológicos eficientes com processos avaliativos satisfatórios, tendo em vista, que essa prática contribui para que temas relevantes de interesses sociais sejam debatidos tanto no âmbito acadêmico quanto nos espaços escolares em diversas formas de aplicabilidade na área de Ensino de História.

3.3 História das Mulheres e das Relações de Gênero: os jornais como fonte de pesquisa no ensino de história

Essa pesquisa que se prestou na análise das notícias do jornal católico “*A Cruz*” que circulava na capital Cuiabá do antigo Mato Grosso num recorte temporal de cinco anos (1910 a 1915), pôde por meio de bibliografias referentes aos estudos com fontes jornalísticas, bem como, na área do estudo da história das mulheres e no estudo das relações de gênero, compreender a posição assumida pelas mulheres daquele período, pois “a exploração de fontes documentais e arquivos, que até então não suscitavam maior interesse, foi fundamental para o desabrochar de uma história da mulher no Brasil.” (PRIORE, 2005, p. 227)

Partindo dessa perspectiva, os exemplares do jornal “*A Cruz*” que foram analisados no decorrer dessa pesquisa, como fontes, também podem ser utilizados em sala de aula na educação básica, podendo, com isso contribuir para aprofundar a aprendizagem dos conteúdos históricos relacionados com a história das mulheres, em especial e seus desdobramentos culturais no tempo. Isso porque estudos acadêmicos demonstraram que a análise do discurso jornalístico é uma ação que vai além de uma prática social, pois consegue transmitir fatos que fazem parte de um processo histórico. Segundo Bethânia Sampaio Corrêa Mariani:

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta e indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história.

Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. (MARIANI, in ORLANDI, 2001, p. 33)

Portanto, cabe a/ao pesquisadora/r através da análise discursiva dos jornais verificar o motivo pelo qual certos temas foram abordados nas publicações, e a que público específico se direcionava as notícias, a/o pesquisadora/r dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só “ abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (LUCA, in BASSANEZI, 2008, p. 140), pois, a ênfase em certos temas, a linguagem e o conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. O trabalho com fontes jornalísticas requer procedimentos e acuidade, como podemos ver seguir:

Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série. Localizar a(s) publicação(ões) na história da imprensa. Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade). Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação. Caracterizar o grupo responsável pela publicação. Identificar os principais colaboradores. Identificar o público a que se destinava. Identificar as fontes de receita. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. (LUCA, 2008, p. 142)

Seguindo tais recomendações supracitadas, vejamos, a partir de uma publicação do jornal “*A Cruz*” algumas possibilidades de inserção de temas relacionados com a História da Mulheres, representação feminina e relações de gênero em sala de aula:

Dolorosa Realidade

Quando à nossa mente serena se afigura o horizonte social, e nós meditamos o caminho moral que o nosso povo vai palmilhando, dificilmente nós podemos livrar de um pensamento acabrunhador a meninice vai perdendo a fé, parte já está estragada, parte prestes a cair no desolador e tétrico ateísmo. É inútil reproduzir estatísticas. Os jornais mostram-nos etnicamente centenas de moços com as mãos conspurcadas de sangue, outros dados cos maus costumes; e as almas entregues a corrupção. E’ o que nós todos sabemos. Mas pode logicamente a sociedade repousar tranquila? É: nos lícito ou permitido permanecermos frios e indiferentes diante de uma chaga que dia a dia torna se mais profunda? Estamos na época do progresso. Desde Voltaire, desde a Enciclopédia, por todos os sanguinários corifeus da grande revolução e pelos seus descendentes anunciara-se nova época. (A CRUZ, Cuiabá, 1º de dezembro de 1910, n. 19, p. 1)

A/o professor/a pode iniciar a aula questionando as/os alunas/os sobre o que seria o horizonte social? Por que o jornal “fala” em caminho moral? Que época é essa e a quem se destina essa mensagem? Por que “a meninice vai perdendo a fé? Pode aproveitar a frase “é inútil reproduzir estatísticas” e mostrar, dependendo do nível de ensino, as estatísticas sobre a

violência contra as mulheres, as diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pode aproveitar a oportunidade e trabalhar a questão da inserção das mulheres nas universidades, no mercado de trabalho, e em espaços que eram ocupados exclusivamente por homens. Pode mostrar como as mulheres ocupavam e ainda ocupam subempregos, e foram por muitas décadas impedidas de votar e ser eleitas.

O Jornal pode ser uma fonte documental bastante útil para mostrar aos alunos no que a sociedade mudou e o que permanece ainda como comportamento social, ou seja, a repetibilidade que “atesta a constância de histórias humanas”. (KOSELLECK, 2014, p.12). Num universo de palavras impressas pode-se, inclusive, buscar a compreensão dos processos históricos nas transformações que a linguagem sofreu ao longo de um século, os conceitos que se modificaram, incorporando novos elementos conforme as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

Importante observar que nem sempre o professor tem tempo hábil para apurar os detalhes sobre o Jornal que utiliza em sala de aula. Seguindo as recomendações de Tania de Luca lembramos que é preciso

[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e do passado compartilhado por seus propugnadores. (2008, p. 140)

Complementamos que o jornal “*A Cruz*”, por exemplo, permite estabelecer comparações com acontecimentos do presente. A transcrição abaixo revela que a representação dos papéis femininos inculcados por meio do semanário e outros instrumentos de dominação ainda se mantem em nossa sociedade atual:

O que devemos a nossas filhas? Eis o que um jornal americano responde: Dai-lhes uma instrução elementar. Ensina- as a preparar alimentos substanciosos, a lavar, a engomar, remendar meias e a fazer sua própria roupa. Ensina as a fazer pão e explicai-lhes que uma moça piedosa e trabalhadeira, vale mais que a bailarina e janeleira. Convençei-as, no tempo próprio de que é melhor um operário honrado, sem fortuna e com sua roupa e buril, do que o elegante e nobre caloteiro. Fazei-as trabalhar no quintal e conhecer os segredos da natureza. Se puderdes comportar as despesas, deixe-as aprender música, pintura e outras belas artes, porém de menor importância. Ensinai-lhes que um passeio a pé é muito mais saudável do que de carro e que as flores do campo e da floresta tem seus encantos para não serem desprezadas. Ensine- s desconfiar das aparências e bem cumprir suas palavras e promessas. Convençei-as de que a felicidade no matrimonio não depende de luxo, nem de fortuna porém do respeito e da confiança que os esposos devem um para com o outro; pois isso envolve o prazer e o contentamento do lar. Se tudo isso ensinardes ás vossas filhas e as fizerdes bem compreender podeis sem receio deixá-

las no mundo não te diminuem a dedicação extrema, o carinho maternal! Quanto mais te amo e te admiro: oh! Excelsa mulher é quando te contemplo no campo sangrento das batalhas, pensando com amor e carinho, nos feridos, no mesmo tempo estimulando seivas pujantes de patriotismo e coragem heroicas naqueles que ainda pelejam renhidos. Aqui e ali é que te apresentas com toda plenitude da tua obra imperecível com toda a grandeza do teu bem dito heroísmo, com todo o estoicismo do excelso sacrifício! Aqui e ali és a lidima personificação da doçura, da abnegação, do amor, da fé, da esperança, da caridade! E essa mulher extraordinária, incomparável, divina, só encontramos-la no seio dessa religião tão decantada por Chateaubriand – um dos portentosos gênios da literatura francesa. E vão procuramo-la nos poli formes credos cujos rótulos pomposos tentam seduzir a humanidade, mas só na religião católica vamos achá-la, porque só ela é a verdade, o amor, o perdão, a fé, a esperança, a caridade. Tudo em ti é grande e divino, santa religião de Jesus: a sabedoria da tua doutrina, a beleza da tua moral, a magnificência do teu culto, a profundidade da tua filosofia, a filosofia dos teus ensinamentos. (A CRUZ, Cuiabá, 15 de fevereiro de 1911, n. 19, p. 4)

A mulher preparada para servir à família, ao marido, a sociedade. Uma mulher que ainda hoje permanece com as mesmas responsabilidades daquela que viveu no início do século XX, mas com a diferença de que hoje ela também tem um trabalho, ocupação, emprego fora do lar que contribui para o orçamento e a manutenção da família. Vale lembrar, que em outros momentos da história isso também já acontecia, como exemplo, as mulheres pobres que ocupavam postos de trabalho, como de operárias das fábricas durante o processo de industrialização e urbanização das cidades. Desta forma, entendemos que o enxerto da matéria jornalística pode ser utilizado pelo professor na educação básica para explorar temas correlatos a história das mulheres, destacando as desigualdades sociais que permanecem em nossa sociedade, onde o culto a domesticidade continua sendo a regra para o comportamento feminino entre a maioria das mulheres.

Retomamos que os PCNs orientam as/os professoras/es a trabalhar com a temática das Relações de Gênero dentro dos temas transversais em uma abordagem metodológica em que se possa “Discutir sobre o que veiculam jornais, revistas, livros, fotos, propaganda ou programas de TV trará à tona suas mensagens — implícitas ou explícitas — sobre valores e papéis sociais”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 32)

Com relação as fontes e sua aplicabilidade metodológica em sala de aula nas aulas de História, a/o professora/ pode recorrer a elaboração de um projeto de pesquisa em consonância com os conteúdos de história trabalhados no decorrer do ano letivo e, que tenha a utilização das matérias jornalísticas do impresso “A Cruz” como fonte histórica. Incluir a análise dessa fonte histórica, propõe uma abordagem de como as mulheres cuiabanas do início do século deveriam se apresentar e se portar perante a sociedade, soma-se ainda, como contribuição ao conhecimento a execução de atividades de pesquisa que abordem as lutas e as conquistas das mulheres ao longo da história, em especial na história regional. Entendemos

que são sugestões que irão colaborar para a integração das relações sociais entre alunas e alunos e, conseqüentemente, a desconstrução dos padrões que são atribuídos à ambos os sexos.

Em suma, será a partir da efetivação de novas alternativas metodológicas que a discussão do tema relações de gênero podem ser trabalhado em sala de aula na disciplina de História. Como por exemplo: por meio do uso de matérias jornalísticas a respeito de como as mulheres são estereotipadas nas mídias de comunicação em massa ou como são abordadas nos livros didáticos os quais a escola adota. E, após a análise do material, é viável o debate e a discussão em sala de aula, uma sugestão é dividindo-a em grupos que, posteriormente, apresentarão argumentos e posicionamentos sobre as representações estudadas, e o que foi possível perceber e identificar ao analisá-las.

Por fim, é importante destacar que as pesquisas sobre temas relacionados a História da Mulheres vem crescendo no país, mas percebemos que muitas lutas e conquistas por espaço ainda precisam ser legitimados, pois foi entendido durante a execução dessa pesquisa que em muitos momentos suas vozes foram silenciadas, estereótipos de conduta mantidos e exaltados pelos discursos, em forma de representação da mulher idealizada e soberana sem ter reinos, equidade ou espaço de poder nas relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esse trabalho dissertativo, foi possível compreender os espaços reservados as mulheres católicas cuiabanas do início do século XX, um momento em que mudanças nas estruturas sociais estavam acontecendo, como é o caso do movimento feminista da Primeira Onda, que lutou incansavelmente pelos direitos das mulheres em diversos países, inclusive no Brasil, para implantar o sufrágio feminino e a participação das mulheres nas decisões políticas. O jornal “*A Cruz*” demonstrou em suas matérias, ainda que não de forma intensiva e abrangente em todas as suas páginas, um modelo de mulher cristã e virtuosa, que poderia desempenhar funções exemplares, desde que se mantivesse no espaço privado. Ou seja, essas mulheres deveriam ser as responsáveis por zelar da religião nos seus lares, de transmitir a educação moral cristã/católica aos filhos e filhas, exímias mães e donas de casas.

Havia também, como foi explicitado ao longo desse trabalho, as diversas formas de se preservar os estatutos sociais da época em uma ordem pouco mutável, pois, em nenhuma hipótese as mulheres deveriam contestar o que lhes era negado em termos de direitos ou os papéis normatizados e imposto pela sociedade patriarcal. Nas matérias analisadas se percebeu claramente as ameaças em torno dessas possibilidades, como a visão de ser a pecadora, por desestabilizar as famílias, danos morais ou como a disseminadora de comportamentos inadequados ao sexo feminino.

Foi possível identificar que a Igreja Católica do início do século XX mantinha um certo controle social das famílias daquele período e, o jornal “*A Cruz*”, contribuiu consideravelmente em suas edições quinzenais e, posteriormente, semanalmente, para que o modelo de família idealizado pela Igreja permanecesse consolidado e longe de possíveis intimidações externas. Era necessário, segundo o periódico, que as famílias cristãs fossem preservadas de tudo que a Igreja julgasse como maléfico ou que não se encaixasse em seus dogmas. O que admite entender que a moral cristã conservadora deveria prevalecer em todas as relações sociais, inclusive nas relações entre homens e mulheres.

O padrão naturalizado dado a essas mulheres e que foram descritos em diversas notícias não abordava nenhuma possibilidade de equidade entre os gêneros e, sim, de reafirmar categoricamente o espaço social designado a essas mulheres católicas. E, era através da doutrina religiosa que a imposição do culto da domesticidade e da submissão feminina eram reafirmados. Outra questão era de que, O jornal “*A Cruz*”, sempre que possível,

enfaticava uma “natureza” feminina dócil, frágil, íntegras na fé, omissas, obedientes e subservientes perante os maridos, pais ou a Igreja Católica.

No que diz respeito a contribuição de novas abordagens metodológicas como o uso de fontes jornalísticas para o ensino de História, foi visto que, os resultados alcançados são bem satisfatórios, permitindo que a prática docente se renove e ofereça diversas formas de aplicabilidade do currículo escolar em sala de aula, no caso específico, na disciplina de História. A interpretação e a utilização do documento durante as aulas de História consegue dar voz ao que foi silenciado ao longo do tempo e, a partir da utilização desses extratos jornalísticos podemos considerar que os alunos e alunas irão obter conseqüentemente, um potencial inteligível maior com relação aos conteúdos estudados, superando práticas metodológicas tradicionais.

Também, é importante frisar, que ao longo desse projeto de pesquisa, foi possível entender que a discussão de temáticas relacionadas a História das Mulheres e das Relações de Gênero, em específico, através da análise do jornal “*A Cruz*”, aparece como uma ferramenta que enriquece e possibilita aprofundar o conhecimento histórico nas aulas de História a partir de uma dinâmica diversificada. Pois, permite que haja uma comparação de fatos ocorridos no passado com a sociedade atual, um exemplo acerca disso é de como essas mulheres do início do século XX eram estereotipadas, o que era proibido a elas, por que um bom “futuro” era o casamento e a maternidade, e não uma carreira profissional, quais os comportamentos apropriados deveriam ter, de como eram representadas nas narrativas do periódico, etc.

Isso denota que os alunos e alunas irão perceber ao longo do processo de ensino e aprendizagem os avanços e retrocessos com relação aos direitos das mulheres. Ao trabalharmos com essa temática em sala de aula contribuimos para que tenhamos a permanência, a visibilidade e a valorização do que foi conquistado pelas mulheres até o momento, como exemplo temos, o direito ao divórcio, a conquista do voto, a lei Maria da Penha, entre outros. Não esquecendo que isso tudo foi em virtude da luta de muitas mulheres que não temeram e transgrediram as estruturas sociais hierarquizadas do passado, ultrapassando os limites do que seria certo ou errado.

Finalizo este trabalho dizendo que é por meio de debates, pesquisas, diálogos e trocas de experiências que acontecem tanto nas academias quanto nos espaços escolares, que conseguiremos gradualmente a conscientização para uma sociedade livre do machismo, que mata diariamente centenas de mulheres vítimas de feminicídio, que provoca as diferentes formas de violência contra as mulheres seja ela, física, emocional, financeira, simbólica, racial

e, tantas outras, para uma sociedade em que teremos o empoderamento de meninas, mulheres, mulheres trans e suas diversas formas de representatividade. Eis aqui uma história das mulheres de ontem que ainda se reflete na história das mulheres de hoje.

REFERÊNCIAS

A Cruz, n. 1 ao n. 208 (1910-1915). Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ADÃO, Rafael. **Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930 -1940: uma análise do jornal A Cruz**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 1-12. (V. 1).

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume, 2000.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum Gráfico do Estado de Mato- Grosso**. Corumba/Hamburgo: 1914.

ARIOSTÉGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Trad. Andréa Dora. São Paulo: EDUSC, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Vol. 2. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BORGES, Maria C. **Entre roças, saberes e movimentos: trabalho e luta no campo brasileiro**. In: Alzira Salete Menegat; Verônica Aparecida Pereira. (Org.). **Movimentos Sociais em redes de diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, 2013, v. , p. 61-84. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364524260_ARQUIVO_MariaCelmaBorges-ANPUHSIMPOSIO122.pdf> Acesso em: 07 de jun. 2019

BOULOS, Júnior Alfredo. **História sociedade & cidadania**, 6º ao 9º Ano – Ensino Fundamental II. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. RJ: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental.** Brasileira. MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais História e Geografia.** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC. 1999.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, DF: MEC/CNE, 1998b.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**

CANAVARROS, Otávio. **Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá (1910).** In: PERARO, Maria Adenir (Org.). Igreja católica e os cem anos da arquidiocese de Cuiabá (1910-2010). Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

CARDOSO, Lilian A. Maciel. **O Jornal “A Cruz”: uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920).** Cuiabá, 1995. 131 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

CARLOS, Ana Carolina O. **REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO IMPRESSO CATÓLICO MATO-GROSSENSE A CRUZ (1910-1915).** Trabalho de conclusão de curso. UEMS. 2009.

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Lozandro Antonio. **História e Perspectivas.** Uberlândia (53): 295-314, jan./jun. 2015.

CORRÊA-FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

_____. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In: **Cadernos Pagu (4).** Campinas: UNICAMP, p. 37-47, 1995. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad04/pagu04.04.pdf>. Acesso em: 28 de jun. 2019.

CUSTÓDIO, R. C., **A Era Vargas em mato Grosso: O Jornal “A Cruz” e a representação do ideal de educação.** Revista Educação e Fronteiras *On-Line*, Dourados/MS, v.8, n.24 p.56-66, set./dez. 2018. Acesso em 15 de dez. 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a serviço do Progresso**. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania de. **A história da Imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FARGE, Arlete. et al. A história das mulheres. **Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Gênero**: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v.2, n.1, 2001, p.7-31.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à segunda edição. In: **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1976.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & Ensino**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes. 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. 15° ed. Rio de Janeiro: Ed: Graal, 2000.

FRANCO, Gilmar Y. **A construção da identidade Mato-Grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho 1920-1940**. Dissertação de mestrado em História. Dourados. UFGD. 2007.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GALVAO, J. A. C. Colonização e Cidades em Mato Grosso. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal/RN. XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN, 2013. v. 01. p. 1-1000. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364785231_ARQUIVO_COLONIZACA_OECIDADESEMMATOGROSSO.pdf. Acesso em: 07 de jun. 2019.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do império**. Dissertação de Mestrado em História Econômica; UNICAMP; Campinas, SP, 2001.

GARNICA JUNIOR, José Miguel. **O Sul do antigo Estado de Mato Grosso: Aspectos Peculiares de sua formação**. 2008. Disponível em : <http://ndh.ufms.br/wp-anais/Anais%202008/Caminhos%20na%20hist%C3%B3ria%20da%20escravid%C3%A3o%20e%20da%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20do%20sul%20de%20mato/O_SUL_DO_...pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

GAY, Peter. **O SÉCULO DE SCHNITZLER. A formação da cultura da classe média 1815-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

JORNAL A CRUZ (1910-1915). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

KOSELLECK, Reinardt. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto - PUC, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. In: Guacira Lopes Louro (organizadora) Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campina/SP: UNICAMP, 2003.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: de como o Discurso Jornalístico constrói Memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: UNICAMP, 2010.

MENDEZ, N. P. . Encontros e tensões entre feminismos e intelectualidade no Brasil: uma releitura do livro A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade, de Heleieth Saffioti (1934-2010). In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. Disponível em : http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312999944_ARQUIVO_nataliapietramen_dezanpuh2011.pdf Acesso em: 09 de jun. 2019.

Müller, Aline Maria. **O jornal como fonte de pesquisa histórica e antropológica: entre o monologismo e a polifonia**. Imprensa da Universidade de Coimbra. URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37836>, Número 1. 3.ª série p. 269-286, 2015.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 13. Nº 25/26, p. 143 -162, agosto de 1993.

NUNES, Maria José Rosado. Gênero e Religião. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, maio/agosto, p. 363-365, 2005.

OLIVEIRA, Daniel Freitas. **O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. *Dissertação de Mestrado. UFGD. 2016*.

PEDRO, Joana M. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary Del Priore. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Uma História dos Annales (1921- 2001)**. Tradução: Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

PEDRO, Joana M. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. **Nas Tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro do século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1995.

_____. Traduzindo o debate. In: **Revista História**. São Paulo, v. 24, n.1, 2006.

PERROT. Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3^a ed. Trad. D. Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, Adriana A. **Imprensa e ensino: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense**. 1. ed. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Portal de Mato Grosso. História de Cuiabá. <<http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/cuiaba/dados-gerais/historia-de-cuiaba/460>>. Acesso em: 22 de jun. 2018.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Uma ferrovia em xeque: a E. F. Noroeste do Brasil (1918-1956)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 4, CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 5, 2001, São Paulo, SP. Anais. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/paulo-roberto-cimo-queiroz_1.pdf Acesso em 07 de jun. 2019.

_____. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 1997. v. 1. 163p .

_____. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso**. Territórios e Fronteiras (*On-line*), v. 8, p. 204-228, 2015.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (org.) **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed..Mulheres,1998.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Uma História dos Annales (1921- 2001)**. Trad. Jurandir Malerba - Maringá: Eduem, 2004.

RODRIGUES, Marinete A. Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiaí/SP: Editorial Paco, 2012.

_____. **Mulheres, violência e justiça no Século XIX**. Jundiaí/SP: Editorial Paco, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)** . Tese de Doutorado em História; UnB, 2006.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres e história de gênero um depoimento** In: **Cadernos Pagu**. Campinas: Unicamp. 77- 87, 1998.

_____. **História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões**. Núcleo de Estudos Contemporâneos. s/d. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/>. Acesso em novembro de 2019.

_____. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. IN: Priore, Mary Del (org.) **Historia das mulheres no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **História das mulheres** In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (org) **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, p. 275-311.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, n. 16, p. 7-14, jul./dez. 1990.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas**. La Salle, Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009.

_____. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Editora Curt Niumuendajú, 2008.

_____. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Ed. UFGD, 2012

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura.** Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.